

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

William Giovanaz Figueiró

**IDEIAS-FORÇA NOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS OPOSICIONISTAS NA
ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL EM 1928**

Porto Alegre

2013

William Giovanaz Figueiró

**IDEIAS-FORÇA NOS DISCURSOS DOS DEPUTADOS OPOSICIONISTAS NA
ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES DO RIO GRANDE DO SUL EM 1928**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do curso de Licenciatura em
História ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre

2013

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar a redação desta monografia aos meus familiares que, não apenas para a escrita deste trabalho de conclusão, mas em diversos momentos do curso apoiaram-me para seguir em frente diante das dificuldades encontradas, sejam elas em relação à questões acadêmicas ou pessoais.

Quero agradecer imensamente em primeiro lugar minha mãe, Maria de Lourdes Giovanaz, e minha tia-dinda Joeci Josefina Giovanaz que acompanharam-me diariamente ao longo destes 7 anos de empreitada, somando curso pré-vestibular e curso de graduação. Peço perdão por algum momento de discordância ou conflito momentâneo, no entanto, acredito que isto faz parte da vida e tratam-se de momento isolados. Agradeço a paciência e aos jantares preparados mesmo após as aulas, que por diversas vezes finalizaram tarde da noite.

Também quero fazer menção aos "brescienses" Helena Cauduro Giovanaz (in memorian), Alice Lúcia Giovanaz, Quintilho Giovanaz, que apesar de estarem longe durante estes anos, valiam-se do telefone e das minhas visitas ao interior para questionar-me a que passos andavam meus estudos. Agradeço também pelas constantes afirmações de que teriam certeza de que eu pudesse chegar onde estou chegando neste momento. Apesar das dificuldades que todos nós passamos no ano de 2010, devemos erguer nossa cabeça e continuar nossa caminhada. Prometo empenhar-me para deixá-los orgulhosos.

Meu pai, Alvaro Remicio Pereira Figueiró, quero agradecer pelos momentos de lazer que tivemos: pelas discussões sobre política, pelos jantares regados à cerveja, pelas partidas de futebol que assistimos juntos que puderam me fazer esfriar a cabeça em determinados momentos. Também quero deixar registrado que recordo que desde bem novo, insistia para que seguisse o rumo dos concursos públicos, e hoje tenho na minha cabeça que este é o caminho que irei seguir daqui para frente.

Paola da Silva Lammel, minha namorada, também não poderia ficar de fora desta lista pois sempre esteve sempre comigo, principalmente aos finais de semana, me apoiando e me fazendo ver as decisões que deveria tomar por diversos ângulos. Quero agradecer por estar junto comigo na ida ao Rio de Janeiro, onde que tivemos a oportunidade de conhecer juntos parte do patrimônio histórico nacional, foram momentos que com certeza somaram bastante em minha carreira. Por fim, quero pedir perdão se em algum momento não pude estar presente devido às atividades acadêmicas.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó, pela paciência, atenção, críticas construtivas e pela palavra norteadora que me fez concluir este trabalho.

RESUMO

Após longos anos sob o comando político-administrativo de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, consolidados no poder através de governos autoritários e que não davam espaço de atuação política aos seus adversários, o Rio Grande do Sul passaria por transformações no referido âmbito a partir da ascensão do novo presidente do estado, Getúlio Vargas, em 1928. No entanto, apesar de sua saída do mais alto posto político do estado, Borges de Medeiros permaneceu como chefe do Partido Republicano Rio-Grandense. Já Vargas, com a finalidade de buscar autonomia perante Borges de Medeiros, optou por ampliar sua base de sustentação política através de um caminho mais conciliatório com os movimentos oposicionistas. A proposta deste trabalho tem a intenção de verificar de que maneira os deputados libertadores manifestaram-se nos Anais da Assembleia dos Representantes a respeito da subida de Getúlio Vargas à presidência estadual, além de averiguar o pensamento oposicionista a respeito de outros agentes políticos, seja a nível federal ou de municípios do interior do Rio Grande dos Sul, durante o período em que a Assembleia dos Representantes esteve reunida ordinariamente em 1928. Através de ferramentas teórico-metodológicas que problematizam os discursos parlamentares, podemos perceber que houve uma aproximação política mútua entre Getúlio e libertadores, onde ambos grupos buscavam legitimação.

Palavras-chave: Assembleia dos Representantes. Getúlio Vargas. Libertadores.

ABSTRACT

After many years under the political-administrative leadership of Júlio de Castilhos and Borges de Medeiros, consolidated in the power through authoritarian governments who did not offer any space for political action to their opponents, Rio Grande do Sul would pass through transformations in that context from the rise of the new state president, Getúlio Vargas, in 1928. However, despite the fact that he left the highest political position of the State, Borges de Medeiros remained as head of the Rio Grandense Republican Party. On the other hand, Vargas, with the purpose of seeking autonomy face to Borges de Medeiros, chose to expand his base of political support through a more conciliatory path with the oppositional movements. The purpose of this study is to verify how was the manifestation of the Liberator congressmen expressed themselves in the Annals of the House of Representatives regarding the rise of Getúlio Vargas to the state presidency, besides investigating the oppositionist thought of other politicians at the federal level and regarding the countryside towns of Rio Grande do Sul, during the period in which the House of Representatives used to meet ordinarily, in 1928. Through theoretical and methodological tools that problematize the parliamentary speeches, we can realize there was a mutual political proximity between Getúlio and the liberators, where both groups sought legitimacy.

Keywords: House of Representatives. Getúlio Vargas. Liberator.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DA POLARIZAÇÃO AO INÍCIO DA PACIFICAÇÃO POLÍTICA	20
2.1 A MENSAGEM DO PRESIDENTE GETÚLIO AOS REPRESENTANTES EM 1928...	20
2.2 A POLARIZAÇÃO POLÍTICA GAÚCHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	24
2.2.1 A Constituinte e a Constituição de 1891	24
2.2.2 O Conflito Armado de 1893-95	26
2.2.3 A Organização de Estado do PRR	28
2.3 AS MUDANÇAS ATÉ 1928	29
2.3.1 A Geração de 1907	30
2.3.2 O Conflito de 1923	32
2.3.3 A Revisão Constitucional e a Mudança de Panorama do Legislativo Estadual	34
3 A APROXIMAÇÃO POLÍTICA EM 1928 SOB A ÓTICA OPOSICIONISTA E PARLAMENTAR	36
3.1 1928 ANTES DA ABERTURA ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES.....	36
3.2 GETÚLIO VARGAS: A UNANIMIDADE.....	38
3.3 OS OLIGARCAS DO GOVERNO FEDERAL	41
3.4 AS FRAUDES ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS	44
3.4 AS MENÇÕES AO PASSADO	47
3.4.1 "A Mentalidade Retardatária"	47
3.4.2 O Verdadeiro Republicano, Gaspar Silveira Martins	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
FONTES E REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A deposição do imperador e a substituição para o regime republicano como forma de governo provocaram uma série de agitações no Brasil. A constituição federal republicana dava amplos poderes de legislação aos estados do país. No estado do Rio Grande do Sul, em 1891, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos ficaram encarregados de redigir em conjunto um estatuto regimental para os gaúchos. No entanto, a obra inteira foi escrita por Júlio de Castilhos, o grande líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Esta proposta de Castilhos passou pela Assembleia Constituinte e ali foi quase inalterada.¹

As provisões constituintes visavam claramente fortalecer o poder executivo. Entre estes artigos da legislação, destaco dois: um deles permitia que o presidente governasse através de decretos. O outro, restringia o Legislativo apenas a questões orçamentárias.² O poder estava concentrado nas mãos do presidente, e o pouco espaço destinado à atuação política de um movimento oposicionista seria motivo para uma forte polarização político-partidária, além de dois sangrentos conflitos ao longo da Primeira República (1893-95 e 1923).

Após a saída de Júlio de Castilhos do poder, em 1898, Borges de Medeiros assumiu o cargo de presidente do estado por indicação do mesmo Castilhos. Borges de Medeiros seguiu rigorosamente a mesma doutrina de seu antecessor em relação à centralização dos poderes. A máquina partidária do PRR também praticava desde o governo Julio de Castilhos o que Loiva Otero Félix denominou "desconsideração pela verdade eleitoral".³ Tais comportamentos dificultaram que a oposição revertesse o panorama político existente. No entanto, o ano de 1923 é de grande importância para história gaúcha, pois trata-se do momento em que a oposição obteve uma significativa vitória na arena política onde, após cruéis embates bélicos, os adversários chegaram a um acordo que previa uma revisão da Constituição estadual de forma que uma das prerrogativas desta mudança era que a legislatura 1923-27 deveria ser a última de Medeiros no poder.

Da mesma maneira que Júlio de Castilhos o havia indicado para a presidência do estado, Borges de Medeiros, que naquele período era o presidente do PRR, optou por Getúlio

¹ LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 48.

² *Idem*, p. 49.

³ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 73.

Vargas para o cargo ao fim da legislatura. Em eleições vencidas facilmente por Getúlio em 1927, o Rio Grande do Sul passaria, a partir deste episódio, por profundas transformações políticas nas relações entre oposição e situação.

Em 1928, Vargas assumiu a chefia do executivo estadual. Em sua obra, Joseph Love ressalta que “diferentemente de Castilhos, Vargas gostava mais de governar pela conciliação do que pelo domínio”.⁴ Este elemento fez com que os membros integrantes da oposição passassem a olhar para Getúlio de uma maneira completamente distinta da qual viam os antecessores Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos. Carlos Cortés enfatiza que Borges tinha a convicção de que Getúlio seria uma mera marionete de seu poder de chefe do Partido Republicano. No entanto, “calma, mas firmemente, Vargas, aos poucos, foi conquistando sua independência como governador”.⁵ Love ainda diz que Getúlio “[...] distanciou-se bastante do tipo de Castilhos. Por sua habilidade em reconhecer e utilizar combinações políticas vitoriosas (indiferente às incoerências doutrinárias) [...]”.⁶

Verifica-se, assim, um conjunto de fatores – constitucionais, de ordem político-eleitoral e econômica – que fizeram com que o estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República passasse por um período de extremo rigor e controle das ações administrativas por parte dos chefes do poder executivo. A centralização do poder em torno dos líderes positivistas e o não fortalecimento das instituições democráticas marcaram fortemente a sociedade gaúcha. Os partidos oposicionistas sempre tiveram enormes dificuldades de atuação e de consolidação de um movimento contestador a este regime. Seja por meios lícitos ou ilícitos, a máquina de cooptação política do PRR não dava margem a avanços políticos de seus opositores. No entanto, a ascensão de Getúlio, em substituição a Borges de Medeiros enquanto presidente do estado, gerou uma mudança na relação política entre a situação e a oposição. Através dos pronunciamentos parlamentares, verifica-se que, a partir de 1928, as relações entre oposição e situação estreitaram-se. Observa-se uma relativa aproximação política entre membros do PRR e dos partidos oposicionistas no âmbito parlamentar. Tal aproximação, resultaria na formação da “Frente Única” em 1929.

Orientado pelo conceito de *ideias-força*, desenvolvido por Pierre Bourdieu⁷, a construção do problema de pesquisa está pautada em perceber como as lideranças políticas rio-grandenses buscam legitimação nas disputas político-eleitorais, e de que maneira isto foi

⁴ LOVE, 1975, p. 236.

⁵ CORTÉS, Carlos. *A Política Gaúcha (1930 - 1964)*. Tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 42.

⁶ LOVE, *op cit.*, 236.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

manifestado no parlamento gaúcho através de ideias-força. Assim, a questão a ser respondida por esta monografia é:

De que forma as ideias-força contidas nos discursos dos deputados opositores da Assembleia dos Representantes expressaram sua busca por legitimação nas disputas político-eleitorais no estado do Rio Grande do Sul em 1928? Como os libertadores se manifestaram a respeito dos diferentes grupos envolvidos na política gaúcha e nacional?

Entende-se aqui por libertadores, ao grupo político rival do PRR no ano de 1928. A palavra "libertadores" justifica-se devido ao nome de seu partido (Partido Libertador, que foi fundado em 1928). Trata-se de uma nova leva de opositores, que contava com a presença de dissidentes republicanos, somada a remanescentes políticos dos antigos partidos "Federalista", dos primórdios da República e da "Aliança Libertadora", de meados da década de 20. Estes grupos unificaram-se em 1928, no Congresso de Bagé, para formar um partido opositor ao governo do PRR.

O recorte temporal do trabalho justifica-se, acima de tudo, por 1928 ser o ano em que iniciaram-se as aproximações entre os diferentes grupos da esfera política rio-grandense.

No contexto político da Primeira República, devido ao forte poder presidencialista, os enfoques centram-se nos acontecimentos e em todos os passos dados pelos chefes do executivo. No entanto, a partir de 1923, Héglio Trindade aponta que há um “fortalecimento da oposição parlamentar”.⁸

O mesmo Trindade, em outra de suas obras, reforça a importância dos estudos do poder legislativo gaúcho a partir da década de 20 sob a justificativa de que trata-se de um exemplo empiricamente comprovado de como se pode “abrir brechas no monolitismo político dominante”. Segundo o autor, a partir deste período ocorrem mudanças tanto na estrutura interna da Assembleia dos Representantes, quanto na relação desta com o poder executivo que merecem ser consideradas pois a instituição passa a “penetrar-se nos meandros do processo político mais amplo” que desembocará no fortalecimento das oposições e da própria Assembleia. E finaliza mencionando que “sem o papel crucial do debate parlamentar, atingido, pela voz de seus tribunos, a sensibilidade política de uma opinião pública crescentemente participante do jogo político, não se pode compreender a unificação, em Frente Única, da classe política gaúcha”.⁹

⁸ TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890 - 1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 64. Subsídios para história do parlamento gaúcho.

⁹ TRINDADE, Héglio. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina, 1980b. p. 11. (Prefácio).

Os parlamentos são pluripartidários. Isto significa que os documentos existentes nestas entidades podem possuir vieses de diferentes partidos políticos. Baseado nas palavras de Trindade, podemos pensar que os estudos do poder legislativo gaúcho a partir de 1923 possibilitam a compreensão de uma história baseada na argumentação discursiva produzida pelos políticos opositoristas. Além de, é claro, conter simultaneamente a isso, os pronunciamentos dos parlamentares da situação.

Assim, este trabalho de pesquisa traz como justificativa e como elemento de originalidade um enfoque nos estudos do âmbito do parlamento gaúcho neste período onde a oposição definitivamente atinge um patamar político até então nunca alcançado, a ponto de ser possível verificarmos suas manifestações de apoio a ascensão de Getúlio ao poder executivo estadual e as críticas endereçadas ao governo federal e determinados membros do PRR. As falas opositoristas na Assembleia, que são pouco recorrentes ao longo dos governos Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros devido a baixa representatividade opositorista na Assembleia dos Representantes e ao limitado poder desta instituição durante a Primeira República, em 1928, passam a ser constantes e com claro posicionamento.

Alguns autores possuem trabalhos acerca da história política e do contexto geral gaúcho do ano de 1928. No entanto, a partir da leitura da bibliografia acerca do tema, foi possível perceber que os anos de 1928 e 1929 são em sua maioria citados enquanto anos de consolidação da figura de Getúlio no cenário estadual, para posteriormente, em 1930 ascender ao cargo de presidente da República. Salvo raras exceções, como Aronne de Abreu, que trabalha com a figura de Getúlio enquanto governador estadual a partir de uma visão mais regional, a grande maioria das fontes secundárias ressalta os feitos de Vargas como chefe rio-grandense trabalhando com a ideia de um contexto “maior” que viria na sequência dos acontecimentos históricos. Ou seja, o “objeto-fim” das pesquisas na grande maioria das vezes é a revolução de 30. Portanto, os textos são redigidos de modo que se faça uma espécie de introdução a respeito de Vargas e suas habilidades políticas em 1928, para serem “definitivamente” mostradas ao Brasil em 1930.

A obra *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930* (1975) de Joseph Love, é considerada uma das grandes referências do meio acadêmico para estudo da história gaúcha. O autor traz no livro o desenrolar dos acontecimentos estaduais desde a ascensão do castilhismo até a revolução de 1930. Em relação ao contexto de ascensão de Getúlio ao poder, o trabalho ressalta a habilidade de articulação de Vargas desde o período em que era deputado estadual durante o governo Borges de Medeiros. O autor menciona que Getúlio foi “mudando

o curso dos acontecimentos para sua vantagem própria”¹⁰, proferindo discursos que enalteceram o governo de Borges de Medeiros em alguns eventos. Isso fez com que Borges passasse a ter confiança em sua figura. Após ser indicado por Borges, e eleito como chefe do executivo estadual, Vargas aparece na obra de Love como um político de personalidade oposta à de Medeiros e Castilhos. Segundo o autor, "pouco antes de assumir o governo em 1928, [Getúlio] insinuou que a batalha ideológica no Rio Grande do Sul deveria ser abandonada no interesse da paz com os libertadores".¹¹

Sandra Pesavento, por sua vez, no livro *RS: Economia & Poder nos anos 30*, foca em grande parte do texto nos problemas econômicos estaduais que foram sanados por Getúlio. A autora cita as providências tomadas por Vargas para sanar tais problemas mencionando os empréstimos feitos pelo governo, além de trazer uma série de dados que servem de prova e sustentam seu argumento de que o governo estadual de 1928 realmente auxiliou o âmbito econômico gaúcho. No entanto, tanto Love, quanto Pesavento, trazem elementos de ordem política e econômica de uma maneira mais geral, a partir de diversas fontes e contemplando um espaço temporal relativamente grande, de modo que não efetuam uma análise documental mais profunda sob o ponto de vista de apenas um dos grupos políticos envolvidos neste curto período que me proponho a estudar. A respeito da oposição em 1928, Pesavento diz:

Indicado pelo PRR para substituir a Borges de Medeiros na presidência do Estado no mandato que se iniciara em 1928, Getúlio concorreu só, sem que os libertadores lançassem um candidato. Na postura de Mem de Sá, o Partido Libertadores (PL) aceitou a indicação de Vargas e não apresentou candidato porque só a perspectiva de ficarem livres de Borges de Medeiros os fazia sentirem-se gratificados.¹²

Luciano Aronne de Abreu, em seu livro, *Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-30)* (1996), traz um enfoque de pesquisa na construção da figura de Getúlio como mito desde o início de sua atuação política. O autor descreve fatos, ressaltando a capacidade de articulação política que Vargas possuía, e de que maneira estas diversas manobras o transformaram em uma figura mítica. Temporalmente, o livro traz anos anteriores, mas enfatiza o período de 1928 a 1930. Trata-se da referência bibliográfica que mais se aproxima do que me proponho a analisar, pois o autor traz, a partir de jornais, os pensamentos dos membros da oposição política, além de analisar o mesmo ano que estou propondo. No entanto, o estudo de Abreu não trabalha com o desenrolar dos acontecimentos na Assembleia

¹⁰ LOVE, 1975, p. 235.

¹¹ *Idem*, p. 236.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 33.

dos Representantes. O autor busca mostrar que o pensamento da oposição em relação a Vargas não mudou repentinamente, e que em um primeiro momento os libertadores viam Getúlio como um continuador do borgismo¹³. No entanto, com o passar do tempo, os oposicionistas, aos poucos, teceram elogios à administração do presidente¹⁴.

Abreu traz elementos importantes para a compreensão das disputas políticas ali existentes. Segundo o autor, a pacificação do estado não se deu imediatamente após a ascensão de Getúlio ao governo. Tratou-se de um processo onde, aos poucos, esta unificação política foi acontecendo.

Os três autores mencionados trazem diferentes elementos para a compreensão do período a partir de distintas abordagens. Apesar de todos citarem de alguma forma as questões que pretendo discutir, suas pesquisas centram-se em responder perguntas de ordem econômica, relacionadas ao poder executivo ou à figura de Getúlio. O foco deste trabalho será tratar de que maneira os parlamentares da oposição expressaram seus posicionamentos perante ao novo presidente e aos demais grupos atuantes politicamente neste período em que se inicia uma época de uma participação mais incisiva de seus representantes nas decisões políticas estaduais.

Feitas tais considerações, passarei agora a tratar das questões teórico-metodológicas que servirão de aporte ao presente estudo. Na obra *Ideologia e Utopia*, Karl Mannheim faz uma discussão a respeito do conceito de *ideologia*. O autor ressalta que "para a maioria das pessoas o termo ideologia se acha intimamente ligado ao marxismo".¹⁵ No entanto, afirma que "precisamos desde logo declarar que, apesar de o marxismo haver contribuído em muito para a colocação inicial do problema, tanto a palavra quanto seu significado se situam na história bem mais remotamente do que o marxismo, e, desde que este surgiu, novos significados da palavra têm emergido, tomando forma independente dele".¹⁶

Mannheim propõe que há significados distintos e separáveis do termo "ideologia" - o particular e o total. A concepção particular de ideologia "é implicada quando o termo denota estarmos céticos das idéias apresentadas por nosso opositor."¹⁷ Trata-se de disfarces conscientes da real natureza da situação. Nesta perspectiva, o reconhecimento das

¹³ Abreu diz que após o anúncio de Borges de Medeiros que sua indicação para concorrer ao cargo de chefe do Executivo estadual era Getúlio Vargas, os jornais oposicionistas tratam a questão com total desconfiança, a ponto de chamarem Vargas de "ditador número dois" (ABREU, 1996, p. 74).

¹⁴ Após alguns meses do governo Getúlio, gradativamente, os jornais da oposição elogiam a parte de gestão do governo. No entanto, Abreu esclarece que as desconfianças quanto ao PRR fizeram com que no pensamento dos oposicionistas houvesse uma divisão bem clara em relação à questão administrativa e à política.

¹⁵ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 81.

¹⁶ *Idem*, p. 81.

¹⁷ *Idem*, p. 81.

representações do opositor não está nos interesses. Assim, o autor propõe que "se o adversário está mentindo, ocultando ou distorcendo determinada situação é porque ambos partilham de critérios em comum".¹⁸ Tal significado do conceito pode ser aplicado aos acontecimentos dos representantes políticos gaúchos na Primeira República pois existe ali dois grupos em conflito pela legitimidade do poder através da não aceitação das ideias e representações que fazem referência ao opositor. Em termos abstratos, a concepção particular de ideologia mostra como estes grupos viam-se entre si.

No entanto, a concepção particular de ideologia não explica a aproximação ocorrida entre tais grupos em 1928. Assim, faz-se necessário compreendermos o conceito de "concepção total" de ideologia. Diferentemente da concepção particular, a total põe em questão a visão de mundo total dos grupos. Assim, o autor diz que "Quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstruir todo o modo de ver de um grupo social".¹⁹ Nesta ocasião, devemos nos preocupar "com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou grupo".²⁰ Esta proposta conceitual retrata de uma maneira mais ampla o pensamento dos grupos que compõe determinado espaço social. Assim, apesar das divergências e das lutas pelo poder na Primeira República, trabalho com a ideia de que membros da situação e da oposição possuíam uma mesma visão de mundo²¹. Por isso, devemos considerar que apesar da concepção particular de ideologia não desaparecer totalmente em ambos pólos políticos, a aproximação política em 1928 só é realmente possível a partir de uma análise mais profunda das concepções ideológicas dos envolvidos. Isto é, devido a um compartilhamento da concepção total de ideologia entre membros políticos da situação e da oposição.

O filósofo trabalha com a possibilidade da transição entre os conceitos de ideologia particular e total. Assim, o autor afirma que "Enquanto as partes conflitantes vivessem num mesmo mundo e tentassem representá-lo, ainda que ocupassem pólos opostos dêste mundo, ou enquanto uma facção [...] combatesse contra outra, seria inconcebível tal destruição mútua mais profunda. Esta profunda desintegração da unidade intelectual só é possível quando os

¹⁸ *Idem*, p. 83.

¹⁹ MANNHEIM, 1976, p. 85.

²⁰ *Idem*, p. 82.

²¹ Na obra *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928 - 1927)*, org. por Hélió Trindade et al. Porto Alegre: L&PM, 1980, Trindade se refere aos grupos que competem na esfera política gaúcha como "conservadores-autoritários" e "conservadores-liberais". Esta dicotomia aplica-se ao conceito de ideologia desenvolvido por Mannheim. Apesar de não fazer uma abordagem teórica explícita, podemos pensar que os termos "autoritários" e "liberais" referem-se a concepção particular de ideologia, enquanto "conservadores" fazem alusão a visão de mundo de ambos grupos, portanto, a concepção total de ideologia.

valôres básicos dos grupos constituem mundos à parte".²² No entanto, as novas visões de mundo e modos de pensamento relacionadas à concepção de ideologia total transformaram uma consciência intemporal e imutável para concepções que variam de acordo com os períodos históricos, nações e classes sociais:

No decorrer desta transição, continuamos a nos apegar à unidade de consciência, mas esta unidade é agora dinâmica e em constante processo de transformação. Isto responde pelo fato de que, apesar do abandono da concepção estática de consciência, o crescente corpo de materiais descobertos pela pesquisa histórica não permanece uma massa incoerente e descontínua dos acontecimentos isolados. Esta última concepção de consciência proporciona uma perspectiva mais adequada para a compreensão da realidade histórica.²³

No entanto, para tratar do conceito de ideologia proposto torna-se necessário um instrumento que identifique tais pensamentos. As ideias, para que possam ser avaliadas necessitam de um canal de propagação. Ou seja, uma ferramenta que externalize tais proposições ideológicas. Só assim, o conceito de ideologia pensado por Mannheim poderá ser analisado através da ação discursiva dos deputados no parlamento. Entretanto, devemos considerar que a concepção total de ideologia, que coloca estes dois grupos políticos num patamar ideologicamente parecido, não explica a verdadeira finalidade destes pronunciamentos: devemos olhar para estas falas enquanto movimentos que estão inseridos em disputas político-partidárias, apesar de isso não estar explícito devido a similaridade discursiva. Dessa maneira, torna-se necessário levar em conta com um mesmo grau de intensidade analítica o poder da palavra do político na esfera política, e de que maneira os parlamentares buscaram transformar seus discursos em verdade para legitimar-se frente ao pleito. Estas disputadas político-partidárias através das palavras referem-se ao conceito desenvolvido por *Pierre Bourdieu* denominado *ideias-força*.

No livro *O Poder Simbólico*, Pierre Bourdieu trabalha com as representações políticas e a força que as suas palavras possuem na disputa política. Em relação ao conceito de ideias-força, o autor diz que "A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade".²⁴ E segue dizendo que "quando se admite que o porvir está em discussão depende da vontade e da acção colectivas, as ideais-forças do porta-voz

²² MANNHEIM, *op cit.*, p. 91.

²³ MANNHEIM, 1976, p. 94.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 186.

capaz de suscitar esta acção são infalsificáveis, pois têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro".²⁵

No decorrer de sua obra, o autor segue enfatizando o grande poder dos pronunciamentos políticos, e a capacidade que tais discursos têm de impor crenças e verdades:

O que seria um 'discurso irresponsável' na boca de qualquer um é uma previsão responsável na boca de qualquer outro. As expressões políticas, programas, promessas, previsões, prognósticos nunca são verificáveis ou falsificáveis logicamente; elas não são verdadeiras senão na medida em que aquele que as enuncia (por sua própria conta ou em nome de um grupo) é capaz de tornar historicamente verdadeiras, fazendo-as advir na história – e isto depende ao mesmo tempo da sua aptidão para apreciar de maneira realista as probabilidades do êxito da acção destinada a pô-las em acto e das suas capacidades de mobilizar as forças necessárias para o fazer, ao conseguir inspirar confiança na sua própria veracidade e, portanto, nas suas probabilidades de êxito. Por outras palavras, a palavra do *portavoz*, deve uma parte da sua 'força de elocução' [...]. É porque basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos*, para se tornarem ideias-força capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capaz de mobilizar ou desmobilizar.²⁶ [Grifos de Pierre Bourdieu na obra O Poder Simbólico].

Pretendo utilizar os conceitos de ideologia e ideias-força para explicar o fenómeno a ser estudado. Ao longo de grande parte da Primeira República, maragatos (oposição) e chimangos (situação) estavam distribuídos nos diferentes pólos da esfera política. Suas raízes históricas não permitiam variações nestas extremidades. No entanto, em 1928, as articulações políticas entram em cena com força. Inicia-se ali um processo onde os antigos conflitos de cunho político transformam-se no que Mainnheim denominou "concepção de ideologia total". Assim, a similaridade ideológica dos grupos em questão poderá tornar-se perceptível devido a ambos lados apresentarem visões de mundo parecidas. E isto possibilitou os discursos semelhantes entre os grupos. Ao mesmo tempo, podemos pensar que, apesar destes grupos terem visões de mundo equivalentes, ainda possuíam suas diferenças políticas, e - principalmente - concorriam entre si pelo poder. Por isso, deve-se compreender esta aproximação política em 1928 como possível devido a uma afinidade ideológica, mas que tanto oposicionistas, quanto situacionistas viam este "apaziguamento" como uma possibilidade de conquista de poder, cada qual com diferentes perspectivas. Assim, proferiram discursos em plenário "transformando em verdade" esta pacificação política. Tais pronunciamentos, por se tratarem de falas com o objetivo de legitimação na disputa político-eleitoral, podem ser classificados como *ideias-força*.

²⁵ *Idem*, p. 186.

²⁶ BOURDIEU, 2012, p. 187.

Para a realização de um trabalho acadêmico relacionado à força de ideias nas disputas políticas parlamentares, um dos caminhos viáveis é a análise das manifestações destes políticos. Os documentos que contêm estas falas dos deputados gaúchos são os Anais da Assembleia dos Representantes. Nos Anais estão os dizeres proferidos nas sessões plenárias, que foram taquigrafadas. Assim, estes documentos trazem os pronunciamentos dos políticos em diferentes momentos da história gaúcha. Hoje, os materiais estão disponíveis à consulta no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em bom estado de conservação.

Em *História e Memória*, Le Goff alerta que "o que sobrevive não é um conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores".²⁷ Partindo deste pressuposto apontado pelo autor, podemos pensar que os discursos parlamentares, da maneira como são pronunciados para a coletividade são fruto de escolhas de seus autores e possuem condições específicas de produção. Desta escolha efetuada pelos deputados, resultou um determinado panorama político na Assembleia dos Representantes que é mostrado nos documentos. No entanto, Le Goff recorda que "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa".²⁸ A impossibilidade de investigar, nesses documentos, os bastidores dos acontecimentos, força os historiadores a buscar a extração das concepções políticas dos parlamentares a partir de conceitos, palavras e ideias utilizadas pelos mesmos através de seus pronunciamentos orais, sabendo-se da perda de elementos para análise, como gesticulação e tonalidade de voz, entre outros, pelo fato de estas falas estarem taquigrafadas. O papel do historiador é buscar níveis abstratos de teorização para questionar os documentos e encontrar explicações que estão além destes registros. Para a análise dos materiais é necessário uma série de cuidados com as suas tendências de produção.

Assim, em artigo sobre discursos e pronunciamentos publicado no livro *O Historiador e suas fontes*, Albuquerque Júnior afirma que, no século XX, "os discursos e pronunciamentos continuavam sendo vistos a partir do estatuto de provas" e que "não eram interrogados

²⁷ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Traduzido por Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1990. p. 462.

²⁸ *Idem*, p. 470.

enquanto artefatos narrativos, quanto às regras de produção do próprio texto".²⁹ No entanto, críticas de filósofos fizeram com que as concepções a respeito da produção dos discursos se alterassem. Para a realização deste trabalho acadêmico, parto de uma série de questionamentos, a fim de não tomar tais discursos como verdades.

Albuquerque Junior destaca "perguntas" que o investigador deve fazer ao discurso lido: "[...] devemos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais".³⁰ O autor ainda traz reflexões que o investigador deve fazer a respeito dos procedimentos metodológicos da análise discursiva. Para fins analíticos, o historiador deve se interrogar quanto ao lugar, o espaço, a instituição, as relações com os quais tais discursos se correlacionam.³¹

Outro ponto a ser analisado nas práticas discursivas é levantado por Michel Pêcheux. O autor alerta a respeito das palavras contidas nestes pronunciamentos. Segundo o autor, determinadas palavras podem possuir diversos significados. Segundo Pêcheux "se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes - todos igualmente evidentes - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque - vamos repetir - uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade".³²

Já Céli Regina Jardim Pinto trabalha com o conceito de discurso mais especificadamente para a esfera política. A autora traz alguns elementos que devem ser levados em conta para o estudo dos discursos políticos. Pinto ressalta que o objetivo do discurso político "é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo".³³ E acrescenta dizendo que "o discurso político vive de sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende de sua capacidade de construir sujeitos com a mesma visão de mundo".³⁴ Por isso, devemos ver os discursos políticos proferidos pelos parlamentares oposicionistas neste contexto de 1928 enquanto pronunciamentos que, por um lado, tinham como fundamento

²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 234.

³⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 235.

³¹ *Idem*, p. 235.

³² PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2.ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995. p. 161.

³³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 52.

³⁴ *Idem*, p. 52.

mudar determinadas condições políticas oriundas do passado, mas por outro, buscavam legitimar os atos administrativos do novo chefe do executivo estadual.

Tais cuidados na análise das fontes tornam-se essenciais para que a metodologia seja aplicada de forma eficaz no contexto político de 1928. Necessita-se considerar que a oposição estava ganhando espaço de atuação e possuía intenção de aumentar sua visibilidade política. Por isso, a análise dos discursos parlamentares devem ser tratadas enquanto falas que tinham o fim de apropriação do poder para si. Tais elementos são fundamentais para que não caiamos no erro de tomar o documento enquanto verdade absoluta.

Este trabalho se divide em 3 capítulos. O primeiro trata-se desta introdução. O segundo, intitulado "Da polarização ao início da pacificação política". Nesta parte, traço um quadro de como se davam as relações entre PRR e as oposições antes de 1928. Partindo de uma pesquisa em que é analisada a bibliografia correspondente ao tema, são elencados os principais motivos que levaram o Rio Grande do Sul a polarizar-se politicamente durante quase toda a Primeira República. Já o terceiro capítulo, denominei-o de "A Aproximação Política em 1928 sob a ótica oposicionista e parlamentar". Neste espaço farei a análise dos documentos a partir das ferramentas teórico-metodológicas já mencionadas na introdução deste trabalho. Pretendo aqui, adentrar-me mais precisamente nas questões conceituais de "ideias-força", com o objetivo de justificar que, de fato, ocorreu uma aproximação política entre oposição e Getúlio. No entanto, devemos compreender esta relação mais amistosa enquanto um modo que tanto o grupo oposicionista, quanto o novo presidente viram de buscar legitimação para as disputas político-eleitorais.

Cabe lembrar também alguns detalhes relacionados à escrita do trabalho. Primeiramente, devo mencionar que em alguns trechos que estão na disposição de excertos foram extraídos diretamente dos Anais da Assembleia dos Representantes ou da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul de 1891. Sendo assim, a escrita destes trechos não são compatíveis com o português atual, e optei em mantê-las no formato original na sua reprodução.

Em segundo lugar, os subcapítulos do capítulo 3 do trabalho foram divididos a partir de temas que julguei recorrentes e importantes nos discursos parlamentares. Em alguns momentos os temas se relacionam entre si, e o mesmo tema poderia ser analisado em outro subcapítulo se for visto por outro ângulo. Contudo, apesar das correlações, o objetivo foi efetuar a escrita a partir do título norteador do subcapítulo.

2 DA POLARIZAÇÃO AO INÍCIO DA PACIFICAÇÃO POLÍTICA

2.1 A MENSAGEM DO PRESIDENTE GETÚLIO AOS REPRESENTANTES EM 1928

O capítulo III da Constituição do estado do Rio Grande do Sul de 1891 previu em seu artigo número 20, inciso 6º, que uma das atribuições que cabia ao presidente do estado era "Expor anualmente a situação dos negócios do Estado à Assembléia dos Representantes, indicando-lhe as providências dela dependentes, em mensagem minuciosa, que remeterá à respectiva secretaria no dia da abertura da sessão"¹. Logo em seguida, no inciso 7ª, o documento menciona que também cabia ao presidente "preparar o projeto do orçamento da receita e despesa do Estado, para ser oferecido à Assembléia no comêço da sua sessão."²

Assim, no dia 24 de setembro do ano de 1928, Getúlio Vargas pronunciou-se como chefe maior do Executivo gaúcho pela primeira vez à Assembleia dos Representantes, com esta reunida de forma ordinária.³ No documento, denominado "Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes", Vargas apresentou um relatório detalhado da situação do Estado. Temas como o saneamento, o contrabando, o crédito rural, etc, foram alongadamente mencionados por Getúlio através de menções textuais e gráficas. No entanto, este parecer apresenta uma particularidade ímpar: trata-se da tonalidade pelo qual o presidente se apresenta aos representantes.

A partir da leitura da bibliografia que trata das questões políticas rio-grandenses ao longo da Primeira República, é possível verificar que a centralização do poder nas mãos dos grandes chefes do PRR - Julio de Castilhos e Borges de Medeiros - polarizou politicamente o Rio Grande do Sul, chegando ao extremo de os grupos entrarem em conflitos bélicos. No entanto, a partir da ascensão de Getúlio ao Executivo estadual em 1928, o novo presidente consegue, a partir de um discurso mais tolerante às diferenças políticas, conquistar relativo respeito dos adversários. A Assembleia dos Representantes, à época composta por minoria de representantes do Partido Libertador, foi uma das instituições públicas em que foi possível perceber esta iniciativa de Vargas. Assim, um dos primeiros passos do novo presidente foi dado através da "Mensagem do Presidente do estado à Assembleia dos Representantes".

¹ RIO GRANDE DO SUL. *Constituição Estadual de 1891*. Disponível em: <
<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR>>. Acesso em: 10 out. 2013. p.6 - Das atribuições do Presidente. artigo. 20. 6º parágrafo.

² *Idem*, p.6 - Das atribuições do Presidente. artigo. 20. 7º parágrafo.

³ Em 1928, Getúlio já havia enviado uma mensagem aos parlamentares, pois havia convocado a Assembleia de forma extraordinária por 2 vezes.

Abordarei na sequência três temas apontados pelo presidente em sua mensagem à Assembleia que dão margem a identificarmos indícios de que o estado passaria por uma mudança na relação entre Vargas - e o governo do PRR em geral - com seus opositores políticos.

O primeiro aspecto que Vargas deixa implícito em seu pronunciamento refere-se à seguinte frase do texto do presidente: "Encerrado o ciclo das revoluções, que por 4 vezes perturbaram o Estado, no ultimo período presidencial, entramos numa phase de cordialidade e de harmonia, tão necessárias ao nosso progresso".⁴ Assim, baseado nesta proposta de conciliação, Vargas discursou em nome da pacificação política estadual. Quando o presidente mencionou as revoluções que perturbaram o Estado, referiu-se a diversos conflitos armados, mas também às divergências políticas que ocorreram no passado, e que ainda se faziam presente. Portanto, a análise que Vargas fez destes antagonismos políticos é de que as diferenças entre os grupos políticos são antigas, e propõe o cessamento destas desavenças como chave para o progresso do estado.

Em segundo lugar, Getúlio menciona a questão das eleições municipais. Em uma das frases a respeito do processo eleitoral, o presidente afirmou que "O Governo, sem tomar parte na escolha dos candidatos, confiada às direcções partidarias ou surgida de espontanea suggestão popular, limita-se a assegurar a todos as garantias normaes de ordem e livre manifestação do direito de voto, cohibindo quaesquer abusos."⁵ A explicação para tal declaração encontra-se baseada em uma prática que vinha sendo executada desde os longínquo tempos de Júlio de Castilhos, e passando pelo governo de Medeiros. Segundo Loiva Otero Félix, o voto era considerado um instrumento ultrapassado pelos antigos presidentes, a ponto de o governo favorecer fraudes com a manipulação das eleições⁶. Assim, para a concretização da proposta de Getúlio de harmonizar o estado, seria indispensável garantir eleições municipais justas e seguras. No entanto, a frase referida acima, que foi proferida pelo presidente em sua mensagem, ainda era vista como um mascaramento da realidade dos acontecimentos que cercavam os procedimentos eleitorais no estado, na medida em que as práticas de fraude, apontadas por Loiva Otero Félix, persistiam em algumas cidades do interior.⁷ Na sequência do texto, reconhecendo o costume, Vargas afirma que tais problemas já estariam em processo de mudança, a fim de que se garantissem eleições limpas:

⁴ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p.8.

⁵ *Idem*, p. 8.

⁶ FÉLIX, 1987, p. 74-75.

⁷ Ao longo de capítulo 2 deste trabalho serão analisados casos específicos em que deputados libertadores acusam membros do PRR de fraudes eleitorais em municípios do interior do Rio Grande do Sul.

Embora esta actuação seja permanente, nem sempre é possível evitar casos isolados de conflictos de desfecho imprevisto, os quaes ficam, alias, circumscriptos aos individuos que tiveram participação no facto, entregues os responsaveis á punição legal, sem que isso influa sobre os resultados colectivos.

Teve grande repercussão, ultimamente, na imprensa e na opinião, por exemplo, o chamado caso de D.Pedrito, onde a opposição obteve maioria eleitoral, não só na escolha dos candidatos a intendente e vice-intendente, como na do conselho municipal.

O pleito realizou-se normalmente, cercado de todas as garantias e até mesmo com cordialidade entre os contendores, tanto que não se registrou nenhum protesto nas mesas eleitoraes.⁸

Getúlio afirma que o reconhecimento de vitórias da opposição por parte dos Conselhos Municipais também faz parte do processo eleitoral e que, no caso do município de Dom Pedrito, apesar de a votação em si ter ocorrido em clima de paz, o Conselho Municipal não havia aceitado o resultado final. Segundo o presidente, abriu-se rigoroso inquérito investigativo onde, na sequência, a autoridade responsável foi "demittida, accusada de violencia e entregue á justiça"⁹.

Por fim, Getúlio deixa o seguinte recado aos representantes a respeito do voto:

As demais eleições municipaes têm se realizado num ambiente de segurança e amplas garantias. O Governo continua empenhado em assegurar o pleno exercicio do direito do voto e garantir todas as liberdades, para que a communhão rio-grandense não seja atingida no patrimonio de suas conquistas liberaes.

O terceiro ponto a ser destacado no texto é o que o presidente denomina "Congresso das Municipalidades". Getúlio apresenta o Congresso como um evento que iria acontecer no decorrer do ano de 1928, e que outros estados do país já haviam promovido encontros com esta finalidade. O presidente classificou o acontecimento em outras regiões como "uma experiência triumphante"¹⁰. O chefe do executivo também adianta que neste Congresso se fariam debates a respeito de "ensino, assistencia social, saude publica, policiamento, agricultura, pecuaria, organização politica, administrativa e judiciria"¹¹.

Em seguida, Vargas deixa mais claro do que se trata tal proposta:

E' preciso uniformizar esses pontos de vista, na solução de certos problemas communs. Para isso, nada mais indicado do que os referidos congressos, onde se

⁸ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 8.

⁹ *Idem*, p. 9.

¹⁰ *Idem*, p. 9.

¹¹ *Idem*, p. 9.

possibilita o entendimento recíproco dos municípios entre si e destes para com o Estado.¹²

Assim, a partir de um discurso de que "havia problemas no estado que só poderiam ser resolvidos conjuntamente, e que os conflitos criariam empecilhos para o progresso do povo rio-grandense", podemos perceber que o propósito do presidente de promover tais encontros era aproximar os chefes políticos do interior do estado, em busca desta conciliação política pretendida.

Vale lembrar também que, apesar de Vargas ter proposto o Congresso para o ano de 1928, o evento aconteceria apenas em junho de 1929, em um momento em que a harmonização política entre os grupos já estava em fase bastante adiantada. O evento, que se realizou em Porto Alegre, consolidou definitivamente a pacificação política no Rio Grande do Sul¹³, e possibilitou a formação da Frente Única, meses depois, que indicaria o nome do próprio Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República.

Utilizando estes 3 pontos mencionados na abertura de sua mensagem é que o novo presidente, Getúlio Vargas, inicia sua prestação de contas à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul no ano de 1928, referente ao ano anterior. Estes temas merecem destaque, pois refletem o método pelo qual Getúlio pensa em relacionar-se com os opositores políticos do PRR, foco do objeto desta pesquisa. Assim, diferentemente de como pensavam seus antecessores, Vargas acreditou que poderia legitimar-se e ganhar autonomia perante a Borges, ampliando sua base de sustentação política.

No entanto, para que possamos compreender de maneira esclarecedora os motivos que levaram Vargas a reportar-se à Assembleia de tal maneira, é necessário que se retorne aos primórdios do período republicano no Rio Grande do Sul, para que se analise como se formaram estas dissidências políticas, além de tratar das relações entre os antigos presidentes do estado - e do PRR - com os movimentos políticos opositoristas. Assim, na sequência deste capítulo do trabalho será feito um estudo que buscará explicar o início dos antagonismos da política estadual e o seu clímax até o momento em que fica acordado que Borges de Medeiros não poderia mais se reeleger como presidente do estado, fato que marcou o começo de uma mudança no panorama político estadual no que diz respeito às relações entre os grupos políticos que disputavam o poder.

¹² ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 9.

¹³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938)*. Organização Carmen Aita. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. (Perfis Parlamentares gaúchos, 10). p. 152.

2.2 A POLARIZAÇÃO POLÍTICA GAÚCHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

2.2.1 A Constituinte e a Constituição de 1891

Categoricamente, Joseph Love, destaca que a eleição e posse dos representantes da Assembleia Constituinte de 1891 tratou-se de uma "prévia do estilo castilhista". Segundo o autor, os votos para a eleição à Assembleia Constituinte desenrolaram-se da maneira "mais livre" devido aos seus resultados: membros opositoristas receberam cerca de 17.350 votos contra 28.800 do PRR. No entanto, Castilhos articulando com o Fernando Abott, conseguiu fazer com que nenhum membro da oposição obtivesse o reconhecimento enquanto constituinte estadual. Sendo assim, todas as cadeiras do Legislativo estadual foram ocupadas por membros do PRR, marcando o início de um tempo em que o parlamento passaria a ser monopolizado pelos seguidores de Julio de Castilhos, excluindo-se a representação bipartidária que era existente durante o Império.¹⁴

A atitude de não reconhecer os membros opositoristas como deputados constituintes foi essencial para as pretensões de Júlio de Castilhos. Sérgio da Costa Francos aponta que no Congresso Constituinte a aprovação da Carta foi "rápida". Menos de um mês após sua redação a Constituição estava pronta para ser promulgada em debates pouco incisivos, com tendência a unanimidade, onde muitos constituintes sequer pediram a palavra para intervenções.¹⁵ Segundo Love, um projeto de Constituição já havia sido redigido pelo próprio Castilhos. Assim, com os representantes ao seu lado, apenas algumas alterações foram feitas em relação ao que Castilhos já havia escrito.¹⁶ O autor destaca em seu texto que a Assembleia Constituinte "limitou-se basicamente a debater medidas que fariam o Executivo ainda mais poderoso do que no projeto original."¹⁷ Segundo o autor, as principais medidas eram:

- 1) Legislativo unicameral com autoridade restrita a questões orçamentárias; 2) Executivo com mandato de cinco anos e com poderes de legislar por decreto sobre questões não-financeiras, a menos que a maioria das Câmaras Municipais rejeitasse uma lei determinada; 3) Nomeação do Vice-Governador pelo próprio Governador; 4) Reeleição consecutiva do Governador, contanto que obtivesse três quartos da votação total [...].¹⁸

Após os Congressos Constituintes, é possível verificarmos que o grande viés do regimento foi o fortalecimento do Executivo e enfraquecimento do legislativo, apesar de todos os deputados eleitos terem sido do PRR. Se analisarmos a Constituição Estadual, pode-se

¹⁴ LOVE, 1975, p. 48.

¹⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993. p. 25.

¹⁶ LOVE, *op cit.*, p. 48-49.

¹⁷ *Idem*, p. 49.

¹⁸ *Idem*, p. 49.

perceber que há alguns artigos que deixam isto bastante explícito. O artigo 4, por exemplo, a respeito das “Atribuições do Presidente” dizia que cabia ao presidente “Expedir decretos, regulamentos e instruções para a fiel e conveniente execução das leis”.¹⁹ Outro ponto interessante do regulamento tratava-se da “Decretação das leis”. No que toca a relação do presidente com os representantes a respeito da decretação das leis, os artigos constitucionais não previam a participação direta dos membros da Assembleia dos Representantes na formulação da maioria das leis estaduais. Prova disto também está no artigo 31, que dizia que “Ao Presidente do Estado compete a promulgação das leis”²⁰.

Constitucionalmente, havia um único artigo que previa algum tipo de limitação ao poder presidencial. No que dizia a respeito das competências da Assembleia dos Representantes, o item número 7 falava que cabia aos Representantes “Processar o Presidente e concorrer para o seu julgamento, conforme dispõe o art. 21, nos crimes de responsabilidade, e intervir no processo quanto aos crimes comuns, na forma do art. 23”.²¹ Em geral, a grande maioria das leis vinculavam o poder legislativo a questões orçamentárias: lançamento de impostos sobre exportações, imóveis rurais, tributar sobre importações de mercadorias estrangeiras, etc.

Em relação às questões eleitorais, devemos lembrar que enquanto o artigo 28 da Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil dizia que as eleições dos representantes para a Câmara dos Deputados deveriam compor-se de "representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Districto Federal, mediante o suffragio directo, garantida a representação da minoria"²², o artigo número 35 da Constituição rio-grandense de 1891, apenas afirmava que os deputados que fariam a composição da representação na Assembleia estadual seriam eleitos através do "sufrágio directo dos eleitores"²³. Se observarmos com atenção os artigos das duas Cartas, será possível ter uma simples explicação a respeito dos motivos que levaram o estado do Rio Grande do Sul a possuir tamanho desparelhamento representativo no parlamento regional, pois na Constituição gaúcha não estava previsto a necessidade de contemplar a participação de grupos políticos minoritários. Conforme afirma

¹⁹ RIO GRANDE DO SUL, 1891. p. 6.

²⁰ *Idem*, artigo n. 31.

²¹ *Idem*, 1891. p. 11.

²² BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil. [*Portal Institucional*]. Brasília, DF, 1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

²³ RIO GRANDE DO SUL. *op cit.*, p.24.

João Neves da Fontoura em suas Memórias, no parlamento estadual, durante a Primeira República, "o Partido Republicano elegia todos os deputados"²⁴.

Desta maneira, já nos primeiros momentos do período Republicano criou-se um impasse político no Rio Grande do Sul. A partir da aprovação dos deputados constituintes de um regimento baseado na concentração de poder nas mãos do presidente, o grupo político que vencesse as eleições para a presidência teria respaldo jurídico para governar de maneira bastante autônoma. Iniciou-se então, uma disputa ferrenha pelo poder, que só seria amenizada em 1928. No entanto, a Constituição estadual foi apenas o primeiro elemento da formação destes antagonismos. Torna-se necessário compreendermos como ocorreu o que Love chamou de "extremo acirramento das polarizações políticas estaduais": trata-se do conflito armado de 1893-95.

2.2.2 O Conflito Armado de 1893-95

Loiva Otero Félix, em *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*, cita que o forte Partido Liberal do Império "não desapareceu, mas transformou-se em Federalista" durante o período republicano. A autora recorda que o Partido Liberal Imperial era bastante forte no estado, e possuía o controle sobre a Guarda Nacional e perante a grande maioria dos governos municipais. Os membros do partido eram basicamente os estancieiros. Félix cita que os grandes proprietários gaúchos foram bastante prejudicados com a abolição da escravidão, e por isso a grande maioria aderiu ao republicanism, não ao PRR. Sendo assim, o Partido Liberal manteve-se forte e arregimentado.²⁵ Ao mesmo tempo, deve-se fazer a ressalva que o PRR, apesar de ser minoritário, contava com o apoio do presidente da República, Floriano Peixoto²⁶.

Assim, Félix menciona que as tensões aumentaram de 1889 a 1993. Segundo a autora, as primeiras atitudes de Castilhos provocaram ódios, ressentimentos e uma instabilidade política. Tais problemas, relatou Trindade, fariam com que o Rio Grande do Sul mudasse o seu administrador por diversas vezes em um curto espaço de tempo".²⁷ Além das questões constitucionais já mencionadas, Cortés menciona que Castilhos ampliou a base

²⁴ FONTOURA, João Neves da. *Memórias*: Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969. v. I, p. 234.

²⁵ FÉLIX 1987, p. 52.

²⁶ Segundo Joseph Love, em setembro de 1892, Castilhos foi ao Rio de Janeiro certificar-se de que Floriano Peixoto estaria ao lado dos "verdadeiros republicanos" caso estourasse uma guerra civil no Rio Grande do Sul.

²⁷ TRINDADE; NOLL, 2005, p. 37

socioeconômica no estado, reunindo dissidentes dos Federalistas, como advogados, pequenos comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e oficiais da Brigada Militar²⁸.

Para Loiva Otero Félix, é impossível dissociar a questão política e a econômica neste contexto. Com a ascensão de Castilhos rompeu-se o "pacto imperial". Assim, alguns dos interesses dos proprietários poderosos foram prejudicados. Dentre eles, destaco o contrabando, as isenções tarifárias e a legitimação na posse de terras²⁹. Love também menciona que um dos principais desejos dos Federalistas era "extinguir a Constituição de 14 de Julho", além de tanto Love, quanto Félix citarem em suas obras que um dos principais objetivos dos opositores era a substituição do presidencialismo pelo parlamentarismo³⁰.

Segundo Félix, o movimento federalista foi

[...] uma reação dos coronéis, representantes do mando local (municipal e distrital), contra a férrea ação de Castilhos [...]. No entanto, a luta terminou por consolidar no poder exatamente a minoria liderada por Castilhos. A partir daí, redefiniram-se as relações entre o poder local, representado pelos coronéis, e o poder do estado [...]³¹

De acordo com Love, em 1893 ocorreu a guerra mais sanguinária da história do Brasil, onde o Rio Grande do Sul ficou marcado por promover a degola.³² Em sua pesquisa, o autor relata uma série de casos em que figuras políticas importantes de ambos grupos foram mortas desta maneira. Ao mesmo tempo, é relatada como os veículos de imprensa da época tratavam tais questões: com uma visão partidária e parcial, aspectos próprios da imprensa dos séculos XIX e XX, onde apenas eram relatadas as mortes cometidas pelos adversários, com o objetivo de deslegitima-los chamando-os de "assassinos".³³

Os resultados desta guerra são de suma importância para a compreensão do futuro rio-grandense. Dentre eles, cito que o conflito gerou um saldo de dez a doze mil mortes e um ódio permanente. Também devo mencionar que os veteranos vencedores da guerra do PRR dominariam o estado durante os próximos 33 anos, através da consolidação do sistema político centralizador, tal como estava previsto na Constituição Castilhista. No entanto, o final do embate acabou por gerar o que Love chamou de "polarização extrema" no Rio Grande do Sul. A partir daquele momento se instaurou-se no estado uma rivalidade em torno de duas

²⁸ CORTÉS, 2007, p. 32.

²⁹ FÉLIX, 1987, p. 55.

³⁰ LOVE, 1975, p. 67. FÉLIX, *op cit.*, p. 53.

³¹ FÉLIX, *op cit.*, 53.

³² LOVE, *op cit.*, 61.

³³ *Idem*, p. 63.

redes políticas com posições fortemente marcadas no que diz respeito ao sistema de governo: federalistas favoráveis ao parlamentarismo, e republicanos ao presidencialismo.³⁴

2.2.3 A Organização de Estado do PRR

Conforme constata Love, o PRR foi fundado em fevereiro de 1882, erguendo a bandeira federalista.³⁵ O partido, que tinha como princípio o republicanismo durante o final do império, foi consolidando-se paulatinamente na esfera política. No mesmo ano de fundação do partido, penetraram na arena eleitoral, sem conseguir eleger nenhum candidato para a Assembleia Provincial. No entanto, o entusiasmo permaneceu. Passaram a criar mecanismos de propagação de sua ideologia. Congressos, Clubes locais, e o jornal *A Federação* foram as principais maneiras de os republicanos rio-grandenses expandirem seus pensamentos com a finalidade de se fortalecerem nos pleitos eleitorais. E em 1884, o primeiro republicano foi eleito para deputado estadual: tratava-se de Assis Brasil. Nesta leva de republicanos, incluíam-se Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Durante o final do Império, todos eles encontravam-se do mesmo lado na esfera política: contra a centralização da constituição imperial.

Os republicanos Júlio de Castilhos e Assis Brasil, que estavam lado a lado acabaram por romper definitivamente no momento em que Castilhos redigiu a constituição estadual, sem a participação conjunta de Assis Brasil.

A Constituição castilhista possuía uma forte influência da filosofia positivista de Augusto Comte. Castilhos defendeu fervorosamente o "desenvolvimento da ordem" como grande lema governamental. No regimento estadual, estava estampada a marca do Comtismo³⁶.

De acordo com Félix, o conflito de 1893-95 deixou como grande marca a vitória definitiva do castilhismo.³⁷ A autora - citando Joseph Love - menciona que a guerra foi o momento em que houve uma alteração da composição da liderança política, que passou da elite dos estancieiros para uma oligarquia subalterna.³⁸

A partir da vitória na guerra, o PRR passou a se preocupar em estabelecer suas bases políticas eleitorais "de cima para baixo". Assim, baseado na filosofia Comtista, o partido

³⁴ LOVE, 1975, p. 77-78.

³⁵ *Idem*, p. 30.

³⁶ Ver Subcapítulo 2.2.1 que trata dos artigos da Constituição Estadual, cuja inspiração é da filosofia comtista.

³⁷ FÉLIX, 1987, p. 58.

³⁸ *Idem*, p. 59.

passou a organizar-se de modo a ter o controle do poder político local. Para explicar o modo de organização do PRR em relação ao voto, faz-se necessário introduzirmos o conceito de "coronelismo", que Loiva Otero Félix aplica ao caso gaúcho. Segundo a autora, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visava objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Tinham sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal, e, algumas vezes, regional, geralmente devido a seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários³⁹.

Buscando um equilíbrio entre cooptação e coerção, os republicanos valeram-se do recurso da desconsideração pela verdade eleitoral. Para Castilhos, o voto não era o verdadeiro instrumento capaz de determinar a formação de opiniões.⁴⁰ Por uma herança do período imperial, o voto no início da República se dava através de vínculos afetivos, morais e de dependência.

Somado a isto, a autora aponta que o coronelismo foi a base de sustentação do regime implantado por Castilhos, e em seguida elenca uma série de elementos que contribuíram para que o PRR mantivesse o monopólio do poder, consolidando sua força política: oposição ao ideal "liberal" pregado pelo Partido Federalista (PF); concepção de liberdade sobre tutoria do Estado; conservadorismo, elitismo e autoritarismo; valorização da ordem e preocupação com a segurança⁴¹. A partir deste tipo de política, o PRR conseguiu firmar-se no poder ininterruptamente durante a República Velha. Após a morte de Castilhos em 1903, Borges de Medeiros assumiu a liderança partidária e o controle do estado, dando prosseguimento à filosofia positivista de administração. A direção política de Medeiros apenas seria contestada de maneira mais incisiva em 1923. Os acontecimentos políticos deste ano são essenciais para que se compreenda como se deu a pacificação política estadual.

2.3 AS MUDANÇAS ATÉ 1928

A guerra ocorrida no ano de 1923 no Rio Grande do Sul trata-se de outro elemento que podemos elencar como fundamental para que se chegue à pacificação política em 1928. A guerra em si, trata-se de mais um episódio de explicitação da polarização política vigente desde os tempos de Júlio de Castilhos. No entanto, o conflito de 1923 - diferentemente de

³⁹ FÉLIX, 1987.

⁴⁰ *Idem*, p. 74.

⁴¹ *Idem*, p. 73.

1893 - foi finalizado através de um acordo que previa a revisão constitucional. Este acordo encaminharia definitivamente os acontecimentos do ano a serem estudados neste trabalho. Assim, faz-se necessário estudar este período, pois a partir deste ano a política estadual passa a tomar outro rumo no que se refere às relações entre PRR e oposição.

2.3.1 A Geração de 1907

Júlio de Castilho faleceu em 1903 e Borges de Medeiros assumiu o controle do PRR. Ao mesmo tempo, surgia, na Faculdade Porto-Alegrense, uma nova leva de republicanos, ainda em processo de formação, mas que futuramente seriam os responsáveis pelas mudanças nos rumos políticos que o Rio Grande do Sul passaria.

Segundo Grijó, ocorreu uma divisão interna na Faculdade Porto-Alegrense que englobou professores e alunos em torno da eleição para presidente do estado em 1907. O autor relata que internamente, o PRR havia vivido um conflito recente, que ocasionou na saída de Fernando Abott do partido. Assim, o estado encontrava-se com dois candidatos concorrentes ao pleito. De um lado, estava Carlos Barbosa, que era apoiado pelo grande líder do partido, Borges de Medeiros. Na outra chapa, concorria Abott, recém desligado do PRR e que recebeu apoio de dissidentes do PRR e de parte dos federalistas em sua campanha. Para Grijó, estava em jogo o poder de Borges de Medeiros no estado e no partido após a morte de Castilho e, o que houve na Faculdade foi uma extensão deste conflito que o cenário político do partido republicano vivia.⁴²

Dentre os integrantes da Faculdade Porto-Alegrense, gostaria de destacar alguns personagens que estariam se posicionando politicamente em relação ao pleito de 1907 e que teriam uma ascensão política em um futuro próximo: Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Color e Firmino Paim. Todos eles iniciaram suas carreiras políticas neste momento, apoiando Carlos Barbosa e Borges de Medeiros através do Bloco Acadêmico Castilhista.⁴³

Joseph Love comenta, em sua obra, que todos estes republicanos mencionados eram filhos ou parentes próximos de coronéis e provinham de famílias de estancieiros. O autor também faz um breve relato de suas vidas políticas, mencionando que, no final da década de

⁴² GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, 1998. p. 97.

⁴³ LOVE, 1975, p. 235.

20, todos eles já possuíam vasta experiência na vida pública e política, com alguns deles integrando a Assembleia dos Representantes.⁴⁴

Getúlio Vargas, a figura mais notável desta geração de novos republicanos, serviu como promotor logo após sua formatura e tornou-se deputado estadual na sequência. Em 1917, tornou-se o líder da maioria, o que comprovava sua relação especial com Borges de Medeiros. Getúlio inspirava confiança a Borges, que era visto pelo presidente como um futuro grande administrador, apesar de Joseph Love mencionar que Vargas tinha pouco interesse pelas doutrinas castilhistas,⁴⁵ chegando a apontar uma série de preferências de Getúlio em detrimento à filosofia positivista.

Grijó, por sua vez, menciona que ocorreu um processo de autonomização de Getúlio em relação a Borges de Medeiros a partir do momento em que Getúlio ascende ao cargo de presidente estadual, indicado pelo próprio Medeiros em 1928. Foram três principais medidas apontados pelo autor para a consolidação de tal feito: em primeiro lugar, foi necessário que Getúlio ampliasse a sua base de sustentação política para além do PRR pois, apesar da saída de Borges do governo do Rio Grande do Sul, o antigo chefe ainda detinha o controle do partido. Por esta razão, Getúlio incluiu nesta sua rede os grupos políticos oposicionistas, membros da leva de republicanos de 1907 do PRR e produtores gaúchos associativistas. Em segundo lugar, a mediação de Getúlio acerca da possibilidade de uma união do Rio Grande do Sul com o plano nacional tornou seu grupo mais agressivo e independente politicamente na esfera estadual. Além disso, a relação de amizade desta geração de 1907 com militares tenentistas fortaleceram-os ainda mais.⁴⁶

Assim, devemos considerar que, apesar da inserção e da consolidação destes novos republicanos na esfera política através do PRR, esta geração de 1907 possuía uma visão de administração diferente de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Conquistaram diversos cargos políticos durante a década de 20 até a ascensão definitiva de Getúlio ao cargo de presidente em 1928, marcando um novo período para a história regional. O modo como o partido oposicionista viu a ascensão de Getúlio e desta nova geração será o foco de estudo no capítulo 3 deste trabalho.

⁴⁴ LOVE, 1975, p. 234.

⁴⁵ *Idem*, p. 235.

⁴⁶ GRIJÓ, 1998, p. 193.

2.3.2 O Conflito de 1923

Segundo Antonacci, na crise mundial de 1921, o Rio Grande do Sul enfrentou uma queda no consumo de seus produtos agrícolas e pastoris. Em consequência disto, a grande elevação dos preços levou à bancarrota uma grande quantidade de fábricas⁴⁷. Assim, em decorrência destes problemas econômicos que o Rio Grande do Sul enfrentava, uma grande quantidade de produtores se descontentaram com tal situação econômica, abrindo possibilidade de se criar uma chapa política em desafio ao PRR⁴⁸.

Love, por sua vez, traz alguns elementos de caráter político que fizeram com que os adversário de Borges de Medeiros se articulassem com mais força para as eleições estaduais no final de 1922. Segundo o autor, o clima de incertezas quanto a eleição do novo presidente do país gerou uma esperança nos opositoristas de impedir a reeleição de Borges de Medeiros na medida em que este grupo apoiou a candidatura de Arthur Bernardes à presidência da República, na espera que Bernardes, depois de eleito, lhes desse suporte político ou, se necessário, fizesse uma intervenção no Rio Grande do Sul.⁴⁹

Assim, as oposições fundiram-se numa aliança com o propósito de extinguir o domínio de Borges de Medeiros. Para concorrer na disputa política, escolheram Assis Brasil como candidato⁵⁰. Conforme Love, "as chances de derrota ou derrubada do PRR nunca haviam sido tão grandes em seus 30 anos de poder. A eleição governamental encontrou uma oposição unida, se bem que vagamente, em torno de um candidato popular"⁵¹.

Dois foram os temas básicos tomados pela oposição como referência para sua campanha: um deles era relacionado à questão da crise econômica, já mencionada. O outro dizia respeito "ao fundamento e exercício da autoridade". Antonacci aponta que as críticas dos movimentos opositoristas ao PRR unificaram-se para legitimar a candidatura de Assis Brasil:

⁴⁷ ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As oposições na República Velha. In: HILDEBRANDO DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs.). RS: Economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 230. RS: economia & política

⁴⁸ *Idem*, p. 236. RS: Economia & política.

⁴⁹ LOVE, 1975, p. 217.

⁵⁰ *Idem*, p. 217.

⁵¹ *Idem*, p. 217.

Ao controle exclusivo do aparelho estatal rio-grandense por uma fração de classe dominante gaúcha, juntaram-se - na conjuntura em análise - a orientação e a atitude desta fração no governo, frente às dificuldades trazidas pela crise econômica de 1921 para a área.⁵²

Assis Brasil e os membros oposicionistas projetaram um movimento extrapartidário como forma de organização eleitoral. Assim, Antonacci relata que diferentes grupos sociais aderiram à causa. São citados em sua obra, dois grupos bastante distintos que merecem destaque. O primeiro trata-se dos "pecuaristas" que estavam em dificuldades econômicas. Em segundo lugar, a autora menciona que "aproveitando-se das dificuldades do governo Borges perante as classes baixas urbanas na crise do pós-guerra, vincularam os problemas destas camadas à falta de liberdade imposta pelo PRR, atraindo o operariado porto-alegrense"⁵³. Devido à incorporação destes diversos setores sociais no projeto, gerou-se uma dificuldade para se promover um programa de governo que satisfizesse a todos. Desta maneira, os oposicionistas fundamentaram sua aliança em uma questão puramente política, com 2 objetivos claros: impedir a eleição de Borges de Medeiros e promover mudanças na constituição castilhistas⁵⁴.

A eleição foi finalizada em 25 de novembro de 1922. A partir de então, o foco centrou-se na Assembleia dos Representantes. O artigo 17, inciso 1º da Constituição estadual previa que "A apuração dos votos será feita pela Assembleia dos Representantes"⁵⁵. Assim, foi formada uma Comissão que faria a contagem dos votos e reconheceria a eleição do presidente. No entanto, segundo Love, nenhum membro oposicionista participou de tal Comissão, que era liderada por Getúlio Vargas na época. Ao mesmo tempo, o autor menciona que o Legislativo deveria fazer a contagem final dos votos e poderia anular votos que fossem considerados fraudulentos. Assim, quem obtivesse maioria no parlamento - na Comissão designada para a contagem dos votos - teria poder suficiente para eleger o candidato que lhe fosse conveniente⁵⁶.

Em 17 de janeiro de 1923, a Comissão finalizou seu trabalho, e reconheceu a vitória de Borges de Medeiros com 106.360 votos contra 32.216 de Assis Brasil⁵⁷. Love afirma que a eleição de 1922 foi a primeira em que ambos grupos políticos acusaram-se de fraudes, e que

⁵² ANTONACCI, 1979, p. 82. As oposições....

⁵³ *Idem*, p. 239. RS: Economia & Política.

⁵⁴ *Idem*, p. 240.

⁵⁵ RIO GRANDE DO SUL, 1891, p. 5.

⁵⁶ LOVE, 1975, p. 218.

⁵⁷ ANTONACCI, *op cit.*, p. 244. RS: economia & política.

rumores de uma revolta contra Borges de Medeiros já existiam antes mesmo da apuração final dos votos⁵⁸.

Cabe lembrar que os conflitos que estariam por vir ao final da eleição se deram devido ao artigo número 9 da constituição castilhistas que dizia que "o Presidente exercerá a presidência durante cinco anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte, salvo se merecer o sufrágio de três quartas partes do eleitorado"⁵⁹. Ou seja, por cerca de 3.000 votos os grupos oposicionistas não conseguiram impedir a reeleição de Borges de Medeiros.

Assim, em 25 de janeiro de 1923 iniciou-se uma série de levantes regionais, espalhando-se pelo interior. A maior parte dos líderes da revolta compunha-se dos antigos federalistas. Os rebeldes utilizaram táticas de guerrilha, com lutas dispersas, nunca enfrentando a totalidade de suas forças⁶⁰. Foi uma guerra desigual do ponto de vista quantitativo. Enquanto Borges de Medeiros tinha capacidade de mobilizar cerca de 12.000 homens, a oposição não podia reunir nem a metade deste número, além de possuir equipamentos inferiores. Os assististas faziam uma guerra de movimentação, evitando combates diretos⁶¹.

O conflito de 1923, contabilizou menos crueldade se for comparado com o de 1893.⁶² No entanto, esta guerra gerou um reflexo direto na economia gaúcha. Os produtores, sentido os efeitos da revolta passaram a pressionar os governos estadual e federal para que se chegasse a uma solução.⁶³ Por isso, criou-se uma situação de impasse com o conflito, e viu-se necessário a formulação de um acordo para restabelecer a ordem.⁶⁴

2.3.3 A Revisão Constitucional e a Mudança de Panorama do Legislativo Estadual

O conflito bélico de 1923 foi finalizado através de um acordo feito entre as duas partes com a intermediação do governo federal. Arthur Bernardes, presidente do Brasil no período, enviou mensagens à ambos grupos para que encontrassem um "meio-termo" para a conciliação final.

Após muitas propostas e contra-propostas, Borges de Medeiros concordou com as últimas condições impostas pelos libertadores, e em 14 de dezembro de 1923 foi assinada a

⁵⁸ LOVE, *op cit.*, p. 218.

⁵⁹ RIO GRANDE DO SUL, 1891, p. 4.

⁶⁰ LOVE, 1975, p. 219.

⁶¹ *Idem*, p. 220-221.

⁶² *Idem*, p. 223.

⁶³ ANTONACCI, 1979, p. 245-246. RS: economia & política.

⁶⁴ *Idem*, p. 246. RS: economia & política.

Ata de Pacificação, denominada Pacto das Pedras Altas⁶⁵. A assinatura desta ata previa a revisão constitucional, objetivo pelo qual os oposicionistas lutaram desde os primórdios da República.

Segundo Antonacci, a partir desta revisão, o monopólio do poder do PRR foi enfraquecido do ponto de vista constitucional, principalmente devido às cláusulas 1ª a 6ª do pacto firmado:

Os assististas atingiram seus objetivos, principalmente, através da cláusulas 1ª a 6ª do Pacto das Pedras Altas: proibição de reeleição do presidente e dos intendentes, articulando com a nomeação do vice-presidente, era o sustentáculo do ponto nuclear do projeto do PRR: a continuidade administrativa.⁶⁶

Ao mesmo tempo, deve-se fazer uma breve referência em relação ao parlamento estadual neste período. Apesar de mencionarmos que a Comissão que ficou encarregada de apurar os votos e reconhecer o Presidente da eleição de 1923 era composta por membros do PRR, o parlamento do Rio Grande do Sul em 1923 já não era mais o mesmo se for feita uma comparação com os tempos de Júlio de Castilhos. De acordo com Trindade,

neste período haverá uma mudança significativa das regras do jogo político com a emergência e consolidação da oposição parlamentar que atinge o seu nível mais alto, até então, de legitimidade política, pela ação conjugada de seus representantes, institucionalizando os federalistas como bancada da Minoria da Assembleia. O grau de conflitos interno, em decorrência do crescimento político da oposição influirá na introdução de práticas parlamentares e debates mais consistentes.⁶⁷

Assim, a partir de 1923, e após a assinatura do Pacto das Pedras Altas, que determinou que a minoria tivesse mais representantes na Assembleia dos Representantes, as oposições ao governo de Borges dão um grande salto, firmando-se e sendo reconhecidas enquanto força política⁶⁸.

⁶⁵ *Idem*, p. 251.

⁶⁶ ANTONACCI, 1979, p. 252.

⁶⁷ TRINDADE; NOLL, 2005, p. 64. Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho.

⁶⁸ *Idem*, p. 65.

3 A APROXIMAÇÃO POLÍTICA EM 1928 SOB A ÓTICA OPOSICIONISTA E PARLAMENTAR

3.1 1928 ANTES DA ABERTURA ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES

Apesar da revisão constitucional de 1923 que ocasionou profundas mudanças políticas e administrativas, alguns artigos da Carta permaneceram inalterados. Um deles, já mencionado, era o número 37 que dizia que a Assembleia dos Representantes se reuniria, sem depender de convocação, no dia 20 de setembro, e funcionaria por dois meses contados do dia de sua abertura.¹ Getúlio Vargas foi eleito em 1927 e assumiu a presidência do estado do Rio Grande do Sul no início do ano de 1928. Portanto, devemos considerar que o governo do novo presidente iniciou em 1928 com o parlamento estadual fechado, de acordo com os preceitos constitucionais. Assim, como uma espécie de introdução deste capítulo, farei neste subcapítulo, um breve panorama de como os libertadores viram o início do governo Vargas, neste primeiro momento com a Assembleia dos Representantes ainda fechada.

Segundo Abreu, o governo iniciou-se "sob expectativa de profundas mudanças na política e na economia do Estado."² Apesar do discurso da conciliação na política utilizado pelo novo presidente, os veículos de comunicação oposicionistas continuavam céticos em seu posicionamento político, apesar da saída de Borges de Medeiros. O jornal *Correio do Sul*, um dos periódicos da oposição, dizia em sua edição de 24 de dezembro de 1927, logo após a vitória de Vargas nas urnas:

Nada de confraternização ou de aproximação com o inimigo! Cada macaco no seu galho, cada abelha no seu cortiço. É muito perigoso zumbir em torno da colméia estranha [...].³

Por outro lado, o PRR, através de seus membros e seus veículos de comunicação, continuava a transmitir a ideia de que Getúlio tinha uma proposta de governo diferente em relação à de seus antecessores. Em discurso, o eleito vice-presidente do estado, João Neves da Fontoura, reforçou isso. Tal pronunciamento foi publicado no jornal partidário *A Federação*

¹ RIO GRANDE DO SUL, 1891. Da Assembleia dos Representantes. Capítulo I. Disposições Gerais. Artigo n. 37.

² ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p. 71.

³ CORREIO DO SUL, p. 1. *Apud* ABREU, 1996, p.71.

em 08 de novembro de 1927. Fontoura apresentava Getúlio como o "obreiro da paz e da concórdia, separados os partidos apenas pela fronteiras das ideias e não pelas caudais inescusáveis de sangue⁴.

Ao mesmo tempo, o próprio Vargas proferiu palavras a respeito de seus planos de governo. Em suas falas, o novo chefe do Executivo argumenta que seria necessário que se fizesse uma administração "imparcial", esquecendo-se velhas rixas políticas. Vargas ressalta que cabia a ele fazer uma diferenciação entre administração e política⁵.

No entanto, apesar do discurso de paz ser constante entre os membros do PRR, os libertadores continuavam a acreditar que o pensamento e a atuação política de Vargas era uma incógnita⁶.

Ao assumir o cargo, o novo presidente adotou uma série de medidas de ordem econômica que fizeram com que os grupos oposicionistas passassem a ver de uma maneira diferente o método administrativo de Getúlio: a criação do Banrisul, o incentivo à formação de sindicatos e a renovação de contratos de arrendamento da viação férrea do Estado, foram algumas das providências tomadas por Vargas⁷. Os principais autores que estudaram o período ressaltam que um dos grandes problemas que agricultores e pecuaristas gaúchos enfrentavam era o da não concessão de créditos para seus investimentos. Neste quesito, Vargas superou as expectativas cedendo uma série de empréstimos através do recém criado Banco do Estado do Rio Grande do Sul⁸.

Assim, com algumas ações político-administrativas no início de sua gestão, o presidente Getúlio começou a fazer com que aos poucos, os oposicionistas passassem a vê-lo de maneira completamente oposta em relação a como este mesmo grupo via Borges de Medeiros. Já em meados do ano de 1928, Abreu traz uma citação do jornal *Correio do Sul*, em que os libertadores publicam uma frase já dando sinais de que estavam percebendo que Getúlio tentava provocar mudanças nas consolidadas práticas políticas borgistas. Entretanto, "a sólida mentalidade intolerante de outros membros do PRR" não permitiam que Vargas pudesse romper com o conservadorismo existente.⁹

Ao analisarmos o fim do governo Borges de Medeiros e início do governo Getúlio Vargas, devemos compreender que os libertadores acreditavam que o governo Getúlio seria uma mera continuação do governo anterior. Foi necessário que Getúlio demonstrasse, através

⁴ ABREU, 1996, p. 72-73.

⁵ *Idem*, p. 75.

⁶ *Idem*, p. 78.

⁷ *Idem*, p. 81.

⁸ CORTÉS, 2007, p. 42.

⁹ ABREU, *op cit.*, p. 88.

de atos políticos e administrativos, que não seria controlado por Borges de Medeiros, que permanecia na presidência do PRR. Por isso, é importante ressaltar que a aproximação política entre republicanos e federalistas não ocorreu imediatamente após a saída de Medeiros e a ascensão de Getúlio. Em setembro, quando a Assembleia dos Representantes foi reaberta, o presidente manda sua "Mensagem à Assembleia" em um tom de conciliação, como já foi analisando no capítulo 2 deste trabalho. Veremos a partir de agora, os desdobramentos, o modo como os libertadores viram esta nova época que se iniciaria no Rio Grande do Sul e de que forma os deputados estaduais manifestaram suas ideias-força na Assembleia para defender o ponto de vista de seu grupo.

3.2 GETÚLIO VARGAS: A UNANIMIDADE

Fazendo a leitura dos Anais da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul de 1928, há um indício bastante claro na sua totalidade: os deputados libertadores ainda possuíam suas desconfianças históricas com determinados membros do PRR. No entanto, o grande pilar, que foi o responsável para o início da aproximação política que aconteceria a partir daquele ano foi o presidente Getúlio Vargas.

Em diversos discursos, os deputados opositores teceram críticas ao presidente do Brasil, Washington Luís e à "oligarquia" que administrava o país. Os intendentes de específicos municípios gaúchos também foram alvo destas manifestações pela maneira "viciada" como conduziam os processos eleitorais. Contudo, as desaprovações ao governo federal e aos municípios eram mencionadas e seguidas de uma relativa isenção ao presidente Vargas. Esta característica será o elemento fundamental e constante no parlamento estadual em 1928: a oposição, trazendo relatos, de seus correligionários espalhados pelo interior do estado, de focos de permanência da "mentalidade retardatária" do tempo de Borges de Medeiros, mas ressaltando que Getúlio estaria se empenhando para o início de um período de mudanças destas concepções.

Sem dúvidas, o principal problema apontado pelos deputados libertadores nas sessões ordinárias do ano de 1928 da Assembleia dos Representantes era a questão do trâmite do sufrágio pelos municípios do interior devido à sua recorrência nas falas dos parlamentares. Em sessão realizada no dia 8 de outubro de 1928, o deputado opositor Simões Lopes Filho¹⁰ solicitou a palavra ao presidente para fazer a leitura de um trecho do jornal "Diário de

¹⁰ Ao longo das análises, o parlamentar Simões Lopes Filho foi o grande responsável pelos discursos de representação opositora durante o ano de 1928. Assim, deixo o registro de que minha seleção de falas

Notícias", onde o chefe do Partido Libertador da cidade de Camaquã, Dario Caetano Crespo, fala que o governo do Estado do Rio Grande do Sul estaria interessado em "assegurar os direitos políticos previstos na Constituição"¹¹. Devido à frase do correligionário libertador que os acontecimentos seriam do conhecimento de todos na época, não são dadas explicações mais detalhadas. No entanto, nota-se que existiu algum problema relacionado à proibição da campanha política opositora neste município, pois o libertador fala em "direitos políticos", e em seguida também pede para que se "continue a campanha eleitoral". Por fim, o chefe Libertador de Camaquã exalta a intervenção policial ordenada pelo presidente do Estado com as seguintes palavras:

Espíritos mal orientados, empenhados numa obra impatriótica e criminosa, procuram fazer crer que essa força viéira com o fim de abater a oposição, prestigiando a politicagem do situacionismo local. O dr. Getúlio Vargas, cujo governo cada vez mais se impõe á benemerencia publica, tendo em vista a delicadeza da situação creada no município de Camaquam, escolheu um official digno por todos os títulos e á altura da importante missão que veio desempenhar.¹²

Na sessão do dia 19 de outubro, o presidente Getúlio Vargas enviou uma mensagem ao parlamento solicitando a aprovação de empréstimos internacionais para o pleno funcionamento do Banco do Rio Grande do Sul. Entre diversos atos, os empréstimos bancários que Getúlio fez foi outro elemento que possibilitou este início de aproximação em 1928. Estes recursos, segundo a mensagem do governador, seriam endereçados a amparar a "pecuária, agricultura, e obras de saneamento básico em municípios do interior".¹³

Na sequência do documento, a mensagem do presidente foi comentada pelo deputado Simões Lopes Filho de modo a enaltecer o ato "impessoal" de Getúlio. O parlamentar menciona que os primeiros passos no âmbito econômico da nova administração visam "as aspirações da coletividade". O deputado elenca o que ele denomina de "trinômio administrativo" referindo-se à nova gestão: "cooperação, circulação e mobilização". Segundo Simões Lopes Filho, Vargas através de uma mentalidade de estadista "moderna" estaria realizando obras fecundas e duradouras. Tais atos em curto espaço de tempo como chefe do Executivo fizeram que a oposição passasse a ter as mais "simpáticas esperanças" de um horizonte promissor.¹⁴

partem deste argumento, pois são escassos os momentos em que outro deputado libertador pediu a palavra ao presidente da Assembleia para manifestar-se. O deputado Demetrio Xavier apenas proferiu alguns apertes.

¹¹ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 99.

¹² *Idem*, p. 100.

¹³ *Idem*, p. 135.

¹⁴ *Idem*, p. 137.

No entanto, não devemos pensar que os olhares esperançosos dos opositores a Getúlio se estendiam a todo PRR. Se por um lado os deputados libertadores proferiram determinadas ideias-força fazendo referência à esta mudança de concepção política com a ascensão de Vargas, por outro, também manifestaram-se criticamente a determinados membros do PRR, ainda "viciados pela mentalidade histórica do partido".

Novamente tratando do problema das fraudes eleitorais, Simões Lopes Filho traz para discussão os acontecimentos da cidade de São Gabriel¹⁵, onde acusa o Conselho eleitoral do município de "nomear mesarios a seu livre alvedrio"¹⁶. O parlamentar chama atenção que em certos municípios ainda há verdadeiras "máscaras eleitorais", trazendo uma frase de um correligionário libertador de São Gabriel que classifica aquele específico procedimento eleitoral de São Gabriel como a "maior orgia eleitoral até então no Rio Grande do Sul" e lamenta a "velha mentalidade" do partido que ainda imperava em certos municípios gaúchos. Contudo, o deputado em seu discurso, menciona o presidente Vargas e o isenta do que vinha acontecendo nos municípios do interior. Nas palavras de Simões Lopes Filho:

[...] a despeito da honestidade cívica, do critério da elevação e da liberdade do actual governo do Estado, encarnado neste vulto digno de rio-grandense, nesse leal adversario politico, o illustre dr. Getúlio Vargas, que tem condicionado, até este momento, todos os seus actos á uma linha severa de comprehensão das responsabilidades inherentes ao cargo que occupa, e que tem sabido graças a sua cultura politica e social, sobrepôr os interesses insuperaveis da collectividade rio-grandense a estas questinculas pessoas, a este partidarismo vesgo e cego, que tudo oblitera, tudo deturpa e tudo conturba; a mentalidade zarolha, mercê da qual o Rio Grande - como todo o Brasil - tem estado dividido por uma linha intransponível, até o momento em que todos se compenetrem, como s. ex., da função social e politica que incumbem aos governantes, que tem de ser, antes de tudo e acima de tudo, os limites emblemadores dos interesses impessoais da communhão social do Paiz."¹⁷

Já em sessão realizada em 14 de novembro de 1928, os deputados opositores fizeram críticas mais gerais aos republicanos municipais que continuavam a praticar atos fraudulentos¹⁸. Em meio a tais manifestações, a figura de Getúlio aparece como a de um presidente "empenhado em promover um ambiente de serenidade, cordura, respeito reciproco".¹⁹ Vargas é mencionado na documentação como um digno estadista, que enviou aos municípios interioranos emissários de sua confiança com a finalidade de zelar pelas

¹⁵ O subcapítulo 3.4 tratará mais detalhadamente das críticas que os deputados opositores fazem aos governos municipais. O objetivo de tratar das fraudes eleitorais municipais neste subcapítulo é explicar o contexto dos acontecimentos, para explicarmos os argumentos da isenção de culpa de Getúlio Vargas.

¹⁶ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 148.

¹⁷ *Idem*, p. 142.

¹⁸ As críticas às fraudes eleitorais nos municípios gaúchos serão abordadas mais detalhadamente no subcapítulo 3.4.

¹⁹ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 246.

garantias nos sufrágios, "em busca do império da verdade eleitoral e da soberania popular".²⁰ Assim, Simões Lopes Filho disse explicitamente que Getúlio Vargas não possuía responsabilidade direta nas fraudes ocorridas pelo interior do estado:

Por isso mesmo, Sr. presidente, sinto-me á vontade para, dentro deste criterio superior, que tem movido todos os nossos actos, dentro e fóra desta Casa, em relação ao illustre presidente do Estado, trazer para o recinto da Assembléa, ainda e sempre animado daquelles intuitos constructores, e não demolidores, do programma do Partido Libertador que aqui represento; não tenho duvida - repito - em suscitar o debate em relação a factos occorridos em varios municipios do Rio Grande do Sul nos quaes, é bem de ver, o honrado governo do Estado não tem responsabilidade directa.²¹

Podemos perceber, a partir da leitura dos Anais do parlamento Estadual gaúcho que neste início de aproximação política entre PRR e PL, os ressentimentos do passado ainda persistiam. O partido oposicionista ainda possuía sérias desconfianças quanto à moralidade de membros do PRR, principalmente no que dizia respeito às "verdades eleitorais". Desta maneira, podemos identificar o "fator Getúlio" como o grande marco inicial para a unificação política, que aconteceria de maneira oficial no ano de 1929, e que resultaria na formação da Frente Única e na candidatura do próprio Vargas à presidência do país. Na ótica dos libertadores, Getúlio Vargas significava o rompimento com a mentalidade e com as práticas do passado, assim como a esperança de um futuro libertador.

3.3 OS OLIGARCAS DO GOVERNO FEDERAL

Se por um lado, os oposicionistas viam Getúlio como o grande responsável pelas graduais mudanças políticas que vinham acontecendo no Rio Grande do Sul, poupando-o das críticas mais ferrenhas, o mesmo não se pode dizer em relação ao governo federal. Os Anais apontam uma série de discursos dos deputados libertadores - centralizados principalmente em Simões Lopes Filho - em que são feitas manifestações contra determinados atos e em relação a mentalidade política do governo do então presidente do Brasil, Washington Luís.

Para analisar tal questão, devemos considerar também as palavras de Love quanto à convivência de Borges de Medeiros e Getúlio a respeito da alternância do poder entre Minas Gerais e São Paulo. Segundo o autor, Borges aceitou passivamente tal fórmula pois o Rio Grande do Sul estava em dívida com o governo federal devido a intervenções de Bernardes

²⁰ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 246.

²¹ *Idem*, p. 246.

para amenizar os efeitos da revisão da Constituição gaúcha em 1923.²² Além disso, antes de tomar posse, Washington Luís viajou a Porto Alegre e reafirmou a aliança do PRR com Minas-São Paulo através de uma visita presidencial à capital gaúcha que não ocorria há vinte anos. E como prova adicional da aliança do Rio Grande do Sul ao governo federal nomeou Andrade Neves para o cargo de Terceiro Comandante da Região Militar²³.

Sendo assim, para a análise dos pronunciamentos políticos, há de se lembrar que existe, acima de tudo, uma luta partidária em jogo. Seguidores de Assis Brasil, que na época era a liderança da bancada libertadora gaúcha na Câmara dos Deputados de um lado versus os representantes do PRR, aliados do governo federal.

Assim, em sessão realizada em primeiro de outubro de 1928, o deputado Simões Lopes Filho foi à tribuna para lamentar um ato praticado pela polícia da Capital Federal. Segundo o parlamentar, era realizado um comício pelos "Operários do Bloco Camponês do Rio de Janeiro" dentro da normalidade, da segurança e das garantias individuais que a lei lhes facultava. No entanto, durante a realização do evento apareceu uma polícia "truculenta", remanescente do "governo terremoto de Arthur Lampeão, isto é, Arthur Bernardes, de Viçosa", que surgiu como uma "revivência "macabra de saberes desembainhados e fuzis carregados ferindo um direito legítimo de uma massa desarmada que fazia propaganda de um candidato para o pleito municipal"²⁴. Assim define o episódio Simões Lopes Filho:

V.ex. e esta illustre Assembleia devem ter lido, poucos dias ha - se me não engano, ainda hontem era reeditado nos órgãos de publicidade desta capital - o attentado vandálico, bestial e deshumano praticado pela policia da Capital Federal, com o qual amordaçou a liberdade de pensamento, consignada pela liberdade das nossas leis, da nossa magna Carta asphyxiando esse direito incontrovertido, do uso da palavra para a propaganda pacífica de ideias politicas e defesa programmatica, dentro da ordem, querendo de uma vez por todas impor a suprema gargalheira áquelles que, nesta hora politico-social da nossa Patria, acompanhando a evolução politica e social da humanidade no seculo que corre, pretendiam, na praça publica, no entrechoque pacifico das ideias, atravez das setas eburneas do pensamento, escolher os candidatos do seu pendor inequivoco.²⁵

Após, o deputado criticou o ato, classificando o governo federal como uma "oligarquia":

²² LOVE, 1975, p. 230.

²³ *Idem*, p. 231.

²⁴ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 79.

²⁵ *Idem*, p. 79.

os esbirros dessa oligarchia condemnada irremissivelmente, que sem solução de continuidade, vae passando de um homem para outro homem, como si a Republica fosse privilegio ou monopolio de meia dúzia [...].²⁶

Outro alvo constante dos ataques dos deputados opositores na Assembleia dos Representantes foram os antigos chefes do Executivo Federal, Arthur Bernardes e Washington Luís. Aproveitando o mesmo caso, na continuação do seu discurso, Simões Lopes Filho teceu duras críticas à gestão anterior da então vigente, quando o presidente ainda era Arthur Bernardes, principalmente devido ao modo coercitivo pelo qual o governo imprimia sua autoridade:

Essa brutalidade, Sr. presidente, que é bem a continuação daquelle regimen de trevas, daquelle regimen de terror, daquelles regimen de corrupção, de morticínio, de eito, daquelle regimen de desvirilização do carater nacional, posto em pratica pelo desgoverno Arthur Bernardes, ou melhor Arthur Lampeão - ou ainda Arthur Clevelandia - esse acto da policia carioca, em plena metropole brasileira, á luz meridiana, por si só, nos assegura a possibilidade tremenda da renovação de dias bem mais sombrios, bem mais lutuosos do que aquelles que atravessou a nossa estremecida patria no ultimo quatriennio de lama, latrocínio, sangue, corrupção, do Sr. Arthur Bernardes.²⁷

Na frase seguinte, o deputado se manifesta justamente mencionando o que seria necessário para que esse acabasse com este governo que ele acusa ser uma "oligarquia que manda seus milicos metralharem uma massa inerme, desarmada"²⁸. Segundo o representante da bancada libertadora, é necessário que surja alguém na política que tenha a audácia de, "no século do liberalismo, da democracia e da igualdade social", acabar com as leis infames que "roubam os cidadãos, os brasileiros e os operários". Apenas desta maneira para que se acabe com os abusos excessivos no Executivo nacional.²⁹

O então presidente Washington Luís também não foi poupado de diversas acusações pelos libertadores gaúchos. Seus atos e sua eleição foram duramente questionadas. Na página 82 da documentação estão as queixas ao governo federal: frases apontando que o presidente do país fora eleito em estado de sítio por uma grotesca máscara eleitoral, além de palavras que o classificam como um mero homologador e continuador do quadriênio passado foram citadas pelos opositores.³⁰

Neste mesmo discurso, o Partido Libertador se reafirma enquanto um partido "liberal". Em meio às duras críticas que os parlamentares libertadores fizeram ao governo federal,

²⁶ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 79.

²⁷ *Idem*, p. 80.

²⁸ *Idem*, p. 80.

²⁹ *Idem*, p. 80.

³⁰ *Idem*, p. 82.

houve momentos em que o próprio programa partidário Libertador era trazido à tona, naturalmente com a proposta de contrapor todos os atos de opressão que estavam sendo cometidos contra cidadãos que possuíam o direito de organizar um comício visando as eleições municipais do Rio de Janeiro. Uma das palavras que aparece com maior frequência nestes tipos de manifestações é a palavra "liberalismo". A partir deste ato policial considerado "não-liberal", os libertadores valeram-se para legitimar-se enquanto um partido que luta para que liberdades fossem, de fato, concedidas aos brasileiros:

A razão do meu protesto, como membro que sou do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, e solidario por isso com todos os oprimidos, com todos os que soffrem, com todos os que são cerceados de suas liberdades, com todos aquellos a quem se nega uma particula minima de direito, representante de um partido, cujo ponto basilar, programmatico, se esteia justamente na liberdade da palavra, na liberdade de pensamento, na liberdade de reunião, eu não podia deixar, sr. presidente, sem trahir o meu mandato, sem trahir o meu credo politico, sem trahir o foto intimo da minha consciencia, de levantar da mais alta tribuna politica do Estado do Rio Grande do Sul, da illustre Assembleia dos Representantes, a minha palavra desataviada embora, mas revestida daquelle cunho de sinceridade que só acompanha todos os actos da minha pobre vida publica.³¹

Sendo assim, podemos verificar que, apesar do fato de ter se iniciado a aproximação dos libertadores com Getúlio Vargas, o pensamento da bancada oposicionista a respeito do governo federal mantinha-se irredutível. A partir de constatações jornalísticas de abusos³², diversas críticas foram direcionadas à administração e à diversos membros que faziam parte da gestão do presidente Washington Luís. Tais manifestações seriam intensificadas no ano seguinte³³, período em que definitivamente acontece o acordo da Frente Única, onde republicanos e libertadores gaúchos uniram-se visando o poder na esfera nacional.

3.4 AS FRAUDES ELEITORAIS NOS MUNICÍPIOS

Assim como o Executivo nacional, os governos municipais gaúchos foram alvo de diversas manifestações críticas do parlamentares da minoria, principalmente nas questões relacionadas aos pleitos. Conforme já mencionado no capítulo 2 deste trabalho, a maneira como o PRR articulava-se para vencer as eleições³⁴ não era bem vista pelos oposicionistas, e

³¹ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 81.

³² O discurso de Simões Lopes Filho registrado na página 271 dos Anais da Assembleia dos Representantes de 1928 traz uma informação a partir de um jornal, condenando outro caso de abuso por parte de policiais do governo federal acontecido em Recife, devido a uma peregrinação religiosa.

³³ Para verificar o aprofundamento desta intensificação de críticas ao governo federal, ver os Anais da Assembleia dos Representantes de 1929.

³⁴ Ver subcapítulo "O PRR e a organização de Estado" no capítulo 2.

assim que Getúlio assumiu o governo buscou romper com tais métodos.³⁵ No entanto, a partir de relatos de correligionários do interior, os deputados libertadores vão sendo informados da permanência das prática de fraude em alguns municípios. Intitulando-se como "escudeiros das liberdades eleitorais", os parlamentares opositoristas trouxeram alguns casos pontuais de práticas por eles consideradas "impatriotas". Cabe também registrar que apesar da disputa partidária existente entre libertadores e republicanos, neste período as críticas à direção estadual do PRR não é vista com frequência, pois em determinados trechos dos discursos, os opositoristas afirmam que o problema do "vício das fraudes eleitorais" estava em alguns republicanos e órgãos das localidades.

Novamente Simões Lopes Filho, traz a público um relatório que foi entregue ao Conselho Municipal de Cruz Alta e assinado pelo intendente municipal referente ao final do ano de 1926 e início de 1927, no que diz respeito aos gastos da administração pública. A partir de uma análise deste material, o deputado diz encontrar provas de atos "ilegais" e "atentatórios à ética moral administrativa". Na sequência do documento, o deputado aponta um quadro com uma série de gastos referentes a organização das eleição em cada distrito. Contudo, através das manifestações dos parlamentares, podemos perceber que o relatório foi lido individualmente pelos membros do PRR, mas não foi lido abertamente em plenário. Mesmo assim, Simões Lopes Filho não poupou críticas aos republicanos locais, acusando-os de estar fazendo "gastos ilícitos de dinheiro público na propaganda política de uma determinada facção partidária".³⁶

A partir destes fatos, iniciou-se, por parte do parlamentar, uma série de manifestações com o intuito de moralizar as campanhas eleitorais e racionalizar os gastos da gestão pública:

Diante disso, Sr. presidente, - repito - não serão necessarios comentarios maiores, nem esclarecimentos de qualquer outra natureza, para se aferir da situação do municipio de Cruz Alta, onde - e isso com a maior evidencia fica provado - a situação dominante se ampara numa maioria ficticia e assalariada, maioria que para manter-se, necessita de usar de taes expedientes, malbaratando o dinheiro dos contribuintes, daquelles que concorrem diuturnamente para o erario publico do municipio e que veem esse dinheiro gasto na propagação de pendores partidarios e na sustentação de uma situação inequivocamente execrada pelo povo daquelle município.³⁷

³⁵ Em sua Mensagem à Assembleia ao tomar posse da chefia do Executivo Estadual, Getúlio Vargas faz o registro de que estaria empenhado em acabar com as prática de fraude ainda existentes em municípios do interior do Rio Grande do Sul. Para uma análise mais detalhada a respeito desta Mensagem, ver subcapítulo 2.1 "A Mensagem do presidente Getúlio aos representantes em 1928" no capítulo 2.

³⁶ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 129.

³⁷ *Idem*, p. 129.

E o parlamentar finaliza sua fala da seguinte maneira:

Fica, pois, o meu protesto, Sr. presidente, contra a ilegalidade desses gastos, contra a arbitrariedade desses processos em que não sei o que mais admirar, si a sem cerimonia com que o sr. intendente de Cruz Alta confessa a pratica de taes abusivos gastos ou si a aphasia, a indiferença, com que o Conselho Municipal daquelle municipio approvou estas contas.³⁸

Aproveitando-me do caso já relatado em relação ao município de São Gabriel³⁹, torna-se importante retornarmos a esta fala de Simões Lopes Filho para analisarmos a maneira como os oposicionistas viam a relação do PRR enquanto partido político com as fraudes eleitorais que aconteciam pelo interior do Estado.

Em determinado momento da discussão, após o deputado republicano Othelo Rosa defender veementemente o PRR das acusações de ilegalidade, o oposicionista Simões Lopes Filho é enfático ao dizer que os ataques que fez ao modo como os pleitos ocorriam em São Gabriel não foram ao "PRR em geral" e sim ao PRR local. Tal fala, somada às manifestações de crença na figura de Getúlio para mudar a "mentalidade retrógrada" dos republicanos históricos reforça a ideia de que o novo presidente estaria "moralizando" as questões eleitorais, e que os acontecimentos nestes municípios do interior seriam resquícios de uma herança deixada pelos políticos anteriores. Entretanto, devemos olhar para estas manifestações de Getúlio enquanto uma busca por legitimação, com a finalidade de agregar as oposições ao seu governo, ampliando assim, sua base de sustentação política:

Sr. presidente, poderia responder aos varios pontos do brilhante discurso do nobre leader da maioria, cujo nome declino com sympathia, Sr. Othelo Rosa. Não o faço, porém, attendendo a que v.ex e os nobres deputados já devem estar fatigados de tão longa sessão. Apenas accrescentarei ao por mim já adduzido desta tribuna o seguinte esclarecimento: não foquei, no caso de São Gabriel o Partido Republicano em geral do Rio Grande do Sul. Era um caso local que eu discutia. Ataquei sim, o Partido Republicano do municipio de São Gabriel, aqui encarnado na pessoa do nosso digno colega sr. Firmino de Oliveira, vice intendente em exercicio, deputado a esta Casa e que aliás, não respondeu ao meu discurso.⁴⁰

Outro caso interessante para análise ocorreu na cidade de Taquara. Qualificado por Simões Lopes Filho como um "atentado inominável", o parlamentar faz referência à vitória do candidato libertador ao governo municipal no pleito, mas lamenta que republicanos estavam "trancando as portas do alistamento aos eleitores libertadores", evitando que alguns votantes

³⁸ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 130.

³⁹ O caso das fraudes eleitorais em São Gabriel está descrito no subcapítulo "Getúlio Vargas: a unanimidade", a partir da página 35 do presente trabalho. Farei menção novamente ao caso pois o mesmo discurso de Simões Lopes pode ser enquadrado na temática deste subcapítulo.

⁴⁰ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES, *op cit.*, p. 167.

fossem às mesas eleitorais. Foi necessário que os oposicionistas fossem obrigados a votar em cartório devido aos acontecidos. O Conselho Municipal também foi responsabilizado diretamente pelo deputado oposicionista, pois incluiu nas listas eleitorais 500 novos votantes republicanos, ao passo que, não alistou 600 novos sufragistas libertadores em tempo hábil, partidarizando o procedimento.⁴¹

Como podemos verificar, o ano de 1928 no parlamento estadual é marcado por uma série de manifestações contrárias a manutenção de práticas "castilhistas" no que dizia respeito ao voto. O Partido Libertador trabalhou com tal perspectiva através de discursos endereçados principalmente aos intendentos e Conselhos Municipais de determinados município do interior do Estado, enfatizando que tais críticas não se generalizavam para todo o PRR. O viés "moralizador" das falas oposicionistas foram ao encontro da promessa do presidente Getúlio de que estaria empenhado em eliminar as fraudes eleitorais.

3.4 AS MENÇÕES AO PASSADO

3.4.1 "A Mentalidade Retardatária"

Na tentativa de deslegitimar as fraudes eleitorais que haviam ocorrido no passado, e ainda aconteciam em determinados municípios do interior do Rio Grande do Sul, os deputados oposicionistas recorreram à história e discursaram contrariamente a tais práticas, vistas pelos libertadores como atos de um período "nebuloso" da história gaúcha.

Citei inicialmente o voto com o propósito de aproveitar a fala pronunciada por Simões Lopes Filho em relação ao município de Taquara, analisado no subcapítulo anterior. No entanto, a finalidade agora é buscar as menções e as ideias-forças que podem ser extraídas a partir do que os oposicionistas consideram um passado de uma "mentalidade retardatária". Segundo o parlamentar a referida mentalidade ainda estava presente nas sucessões políticas:

E que assim não foi, resulta á evidencia de quanto ocorreu na chamada sucessão intedencial daquelle municipio, mercê da influencia perniciososa da velha mentalidade, da mentalidade retardataria, que, qual carcoma maldita, vinha excicando o já quasi morto tronco do liberalismo rio-grandense.⁴²

O político também faz esta referência ao passado afirmando que as práticas fraudulentas nos sufrágios são o quadro de uma época "sombria", e que temporalmente não

⁴¹ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 210.

⁴² *Idem*, p. 210.

poderia condizer com a realidade rio-grandense. Assim, o parlamentar classifica os atos como "anacrônicos"⁴³. Ao mesmo tempo, Simões explicou que a oposição fotografou os editais que continham as distribuições eleitorais para conseguir as provas que comprovavam a fraude. No entanto, o que deve ficar registrado é o momento em que o assisista relaciona claramente tais atos com os governos do PRR de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, justificando que esta é uma das explicações para que estes dois se mantivessem durante tanto tempo no controle das ações administrativas do Rio Grande do Sul:

publicado o edital de distribuição do eleitorado, a opposição, em vez de o copiar - porque já conhece muito os processos usados pela caduca mentalidade, a que venho alludindo, atravez de trinta annos de pratica e de dominação no Estado - a opposição photographou os editaes. De sorte que ficou com a prova material, a prova provada dos nomes dos eleitores que constavam naquelle edital.⁴⁴

Em outro discurso, desta vez falando das questões políticas do Rio Grande do Sul em um tom mais geral, os opositoristas, ao relatarem estas inconformidades com permanências do passado, buscaram legitimar-se através de falas esperançosas com as mudanças que o Estado estaria prestes a passar sob o governo Getúlio. Os libertadores buscaram fazer um paralelo do presente com o passado, valendo-se de elementos de comparação para promover ideias-força:

A obra sim, que reclama, hoje, em pról desta terra, tantas vezes gloriosa, é uma obra de redempção social, economica e financeira, dentro duma perfeita hygienisação de seus costumes e de seus processos politicos.

A mentalidade retardataria, anachronica, desarvorada, que embalde pretende conquistar proselytos, se afunda, cada vez mais, nesse occaso sombrio, dardejando sobre os ultimos exemplares os estygmas da condemnação unanime do povo rio-grandense, em cujo seio não ha mais lugar para os phariseus duma epoca virtualmente extincta.⁴⁵

Estas referências transformaram-se em argumentos que os libertadores utilizaram com relativa frequência ao longo das sessões na Assembleia dos Representantes com o objetivo de dar um ar verídico a seus discursos através da busca de componentes do passado, com a finalidade de "desmoralizar" o modo de administração dos antigos presidentes do Rio Grande do Sul.

⁴³ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 211.

⁴⁴ *Idem*, p. 212.

⁴⁵ *Idem*, p. 202.

3.4.2 O Verdadeiro Republicano, Gaspar Silveira Martins

Ocorreu também no parlamento estadual, uma disputa pela apropriação de determinados princípios políticos, que estariam ligados a determinadas figuras "clássicas" do passado. Farei o registro de um momento importante em que houveram discussões na Assembleia dos Representantes acerca das concepções do histórico líder oposicionista Gaspar Silveira Martins.

Em sessão realizada no dia vinte e nove de outubro de 1928 travou-se um duelo entre os grupos políticos envolvidos, buscando responder a seguinte questão: quem eram os verdadeiros republicanos? Conforme já mencionado no capítulo 2 deste trabalho, após a consolidação definitiva da República, houve disputas políticas e bélicas pelo poder. Apesar da distância temporal, tais feridas ainda não haviam sido completamente cicatrizadas e voltaram a ser discutidas por esta nova geração de políticos rio-grandenses. Ao final da década de 20, a monarquia já era vista como um sistema de governo ultrapassado. Assim, em 1928 os dois grupos existentes na esfera política gaúcha buscaram intitular-se como os "verdadeiros republicanos" a partir de um debate acerca das concepções políticas de Gaspar Silveira Martins, que foi um dos grandes líderes dos movimentos oposicionista ao PRR nos primórdios da República.

A discussão também faz menções ao movimento bélico de 1893⁴⁶, onde os deputados libertadores criticam a política do PRR, considerada por eles um "retardatarismo" e um "passadismo mental, social e político". Prontamente foram rebatidos pelo republicano Flory de Azevedo, argumentando que "retardatarios são aqueles que, desde 93, vêm combatendo as instituições da República". Na fala seguinte, o libertador Demetrio Xavier diz que o deputado Flory de Azevedo não conheceu a verdadeira história da "memorável" campanha de 93, que "pregava o advento da verdadeira República", fazendo referência a Gaspar Silveira Martins como "o maior republicano". Por outro lado, os republicanos acusam Gaspar de ter sido um "liberal na Monarquia". Demetrio Xavier ainda discursa dizendo que Gaspar Silveira Martins "era um liberal em face da União". Demetrio Xavier então, finaliza seu pensamento a respeito da guerra de 1893 e da figura de Gaspar Silveira Martins da seguinte maneira:⁴⁷

⁴⁶ Ver subcapítulo "O conflito armado 1893-95".

⁴⁷ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 184.

Leia a campanha de 93 e ha de ver que nella está esmaltada a galhardia propria da raça.

Gaspar Silveira Martins foi a mais perfeita expressão do ideal republicano. E, si, v.ex. conhece a historia patria e a vida do immortal rio-grandense, havia de saber que, na presença de Pedro II, falando por ocasião da inauguração da estatua de Pedro I, quando tinha, apenas, 22 anos, em nome de sua gloriosa Provincia, elle pregava a Republica para a grandeza do Brasil.⁴⁸

Assim, os anais da Assembleia dos Representantes de 1928 demonstram, através de um resgate histórico, uma disputa entre ambos grupos políticos para que sejam perpetuados como os "verdadeiros republicanos" e como "pioneiros na luta pela implementação do sistema republicano de governo". De um lado, estavam os libertadores, defendendo a ideia de que seus grandes líderes do passado foram os responsáveis pela ação que provocou a derrocada do Império e a consequente instalação da República, enquanto, de outro lado, estavam os republicanos, acusando Gaspar Silveira Martins e os demais adversários políticos do PRR na época de terem sido "monarquistas".

⁴⁸ ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. p. 184.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo capítulo trouxe em seu início uma mensagem do presidente Getúlio aos parlamentares, onde Vargas demonstra que seu governo seria mais aberto às discussões e daria mais liberdade de participação política aos seus opositores. Na sequência, a partir de estudos bibliográficos, procuramos compreender os motivos que levaram o novo presidente a reportar-se daquela maneira aos representantes do legislativo. Averiguou-se o autoritarismo da Constituição Estadual, a maneira como os processos eleitorais se desenrolavam, além das duas grandes guerras que assolaram o estado. Esta rivalidade política acabou polarizando fortemente o Rio Grande do Sul desde a proclamação da República, fazendo com que Vargas passasse a administrar o estado de maneira distinta de seus antecessores quando assumiu o governo em 1928. Contudo, para seguir este caminho foi necessário que o novo presidente mudasse o relacionamento político com os seus adversários.

O terceiro capítulo buscou verificar o ponto de vista oposicionista em torno dos acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul e no país. A partir da leitura das fontes, percebe-se que o referido grupo político tinha posições bastante definidas a respeito destas mudanças pelo qual o estado estaria passando.

Nota-se que o processo de unificação política que se iniciaria em 1928 no Rio Grande do Sul possuiu um grande responsável: Getúlio Vargas. Os discursos dos deputados libertadores no final de 1928 expressam uma aceitação ao governo do PRR de Getúlio, algo incomum na administração de Medeiros e Castilhos. Ao mesmo tempo, podemos atribuir a grande responsabilidade desta pacificação política entre republicanos e libertadores a Getúlio na medida em que os governos do PRR do interior ainda eram vistos com maus olhos pelos oposicionistas devido à continuidade de práticas "borgistas". Foram trazidos ao plenário da Assembleia dos Representantes depoimentos que demonstravam que, em determinados municípios, ainda predominava a "mentalidade retardatária" do passado. Ao governo de Washington Luís também foram feitas duras críticas, destacando o modo autoritário como o presidente reagia aos movimentos contestadores a seu governo espalhados pelo Brasil.

Entretanto, todos estes pronunciamentos realizados pelos parlamentares oposicionistas devem ser vistos por nós, historiadores, enquanto manifestações que tem por objetivo a legitimação para o pleito. Devemos levar em consideração que, no momento em que um político profere discursos com o objetivo de deslegitimar o oponente, está buscando sua própria legitimação. Assim, os registros deixados pelos libertadores tratam-se da oportunidade

que este grupo viu de obter uma maior participação na esfera política através de manifestações críticas àqueles que eram vistos como adversários, mas também falas de apoio aos que eram poderiam ajudá-los em suas aspirações.

Da mesma maneira, devemos compreender a manifestação do presidente Getúlio Vargas no início do capítulo 2 deste trabalho enquanto uma busca pelo poder. O novo presidente, ainda inferior na estrutura hierárquica interna do PRR, necessitou de novos grupos políticos para buscar a autonomia necessária perante ao presidente do partido, Borges de Medeiros. Vargas recorreu assim, a uma mudança nas relações com os grupos oposicionistas, incorporando elementos das manifestações dos libertadores em seus discursos.

O ano de 1928 possui sua relevância para a historiografia na medida em que, a partir desta semelhança discursiva entre Getúlio Vargas e oposição, percebe-se que a luta pelo poder provocou uma redefinição dos posicionamentos dos diferentes grupos políticos no parlamento gaúcho. Assim, as ideias-força proferidas pelos oposicionistas na Assembleia dos Representantes, marcadas por posições políticas definidas, devem ser interpretadas como uma demonstração de sua luta constante pelo poder e legitimação.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fonte Principal:

ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES. *Anais da Assembleia dos Representantes de 1928*. Localização: Memorial do Legislativo.

Referências utilizadas para a escrita do trabalho:

ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ANTONACCI, Maria Antonieta. A Revolução de 1923: As oposições na República Velha. In: HILDEBRANDO DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 229-252

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938)*. Organização Carmen Aita. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. (Perfis Parlamentares gaúchos, 10).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil. [*Portal Institucional*]. Brasília, DF, 1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

CORTÉS, Carlos. *A Política Gaúcha (1930 - 1964)*. Tradução Amy Caldwell de Farias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1969.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Traduzido por Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1990.

LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2.ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: a economia & o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: o discurso do Plano Cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição Estadual de 1891*. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR>>. Acesso em: 10 out. 2013.

TRINDADE, Hélió (org). *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928 - 1937)*. Porto Alegre, L&PM, 1980a.

TRINDADE, Hélió. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina, 1980b.

TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a História do Parlamento Gaúcho (1890 - 1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.